Dinamismo Econômico na Amazônia

caminhos para o desenvolvimento econômico local sustentável, inovador e digno para os amazônidas

Realização

AGENDA PÚBLICA

ESTRATÉGIA ODS

Cofinanciamento

UNIÃO EUROPEIA

Sumário

Faça o download da ilustração da capa

03 **Ficha técnica**

04 **Introdução**

07 **Amazônia Legal: como são os municípios**
08 ***Políticas públicas, Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.***
Por Arilson Favareto (UFABC/CEBRAP), Marcela Correa (FGV) e Gabriela Lotta (FGV)

14 **O avanço da agricultura e da pecuária**
15 ***Agricultura Familiar como fator de dinamização econômica dos municípios da Amazônia Legal: enfoque palma.***
Por Tulio Dias Brito, diretor de sustentabilidade no conglomerado Alfa

18 **Indicadores dos municípios do PTS**
19 ***Programa Territórios Sustentáveis: Alternativa de Impacto Coletivo para o Desenvolvimento Territorial na Amazônia.***
Por Mariana Calencio e Giovanna Cardoso, respectivamente, coord. de relações institucionais e coord. de projetos da Agenda Pública; e Heloisa Kavinski, socióloga e mestre em sustentabilidade e desenvolvimento local

22 **Entrevista: Denis Benchimol Minev**

24 ***O caminho para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da Amazônia e de outras regiões pode passar pela mineração industrial.***
Por Flavio Ottoni Penido, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM

27 ***Plataforma de Parceiros pela Amazônia: uma iniciativa inovadora para o fortalecimento das cadeias de valor presentes na região.***
Por Wendy Francesconi, Denyse Mello, Fabio Deboni, Beatriz Rodríguez, e Manuel Narjes da Alliança Bioversity International e Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT)

31 **Entrevista: Tatiana Schor**

33 **O futuro do Brasil passa pela Amazônia**

34 **Referências bibliográficas**

Ficha técnica

Coordenação geral: **Sergio Andrade**
Coordenação técnica: **Mariana Calencio**
Comunicação: **Talita Perna e Isabella Diniz**
Coordenação Administrativa: **Mariana Proença**
Redação final: **Luciana Vicária, Suzane G. Frutuoso e Renata Leal**
Projeto Gráfico: **Manu Raupp**

Artigos:

Arilson Favareto (UFABC/CEBRAP)
Flavio Ottoni Penido (IBRAM)
Gabriela Lotta (FGV)
Heloisa Kavinski (Agenda Pública)
Marcela Correa (FGV)
Tulio Dias Brito (Conglomerado Alfa)
Wendy Francesconi, Denyse Mello, Fabio Deboni, Beatriz Rodríguez, e Manuel Narjes (Alliança Bioversity International e Centro Internacional de Agricultura Tropical)

Entrevistados:

Denis Benchimol Minev (Bemol e Fundação Amazonas Sustentável)
Marina Grossi (CEBDS)
Renata Piazzon (Instituto Arapyaú)
Sergio Andrade (Agenda Pública)
Tatiana Schor (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do estado do Amazonas)

Esta publicação foi feita com o apoio financeiro da União Europeia.
Seu conteúdo é de responsabilidade exclusica do autor/parceiro e não reflete as opiniões da União Europeia.

Introdução

Entre os anos de 2000 e 2014 a economia brasileira foi impulsionada pelo chamado superciclo das commodities, um período de alta de preços de matérias-primas e que também gerou aumento das exportações. Especialmente, minérios e produtos agrícolas, como a soja, cruzaram fronteiras e enriqueceram regiões. Do ponto de vista econômico, estados inseridos na região da Amazônia Legal (que engloba nove estados)[1] foram impactados positivamente.

Na mesma época, o governo federal passou a destinar mais recursos às administrações públicas locais. Fontes como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fizeram diferença no crescimento das cidades e mudaram o desenho da economia do interior. As prefeituras, com mais recursos, contrataram. As pessoas saíram da zona rural em direção às cidades. Comércios e serviços nasceram para atender a demanda. Populações em situação de vulnerabilidade se beneficiaram, ainda, de programas de transferências de renda como o Bolsa Família e o Bolsa Verde. A aposentadoria rural também foi uma importante conquista social. As condições de vida na Amazônia pareciam prosperar.

Mas se por um lado havia tal crescimento econômico, também crescia de forma alarmante a Amazônia desmatada. Rondônia, por exemplo, registra 28% de desmatamento (o estado mais desmatado da região). Por lá, em áreas como os arredores de Ariquemes, uma cidade agrícola, o valor da terra foi de R$ 2 mil o hectare para R$ 20 mil o hectare com a chegada da soja. A economia da floresta em pé colapsou, tornou-se pouco importante. E por um motivo difícil de questionar: sobrevivência. Até aqui, e de maneira legítima, pensamos a Amazônia a partir da constante e urgente necessidade de conservação e de freio no desmatamento.

O outro lado da moeda é que não se pode fechar os olhos para a precariedade do cotidiano dos amazônidas, inseridos em alguns do piores resultados de índices e mensurações de desenvolvimento socioeconômico do país. Quando surgem, novamente, crises econômicas como a atual, o sofrimento deles é maior. Assim como todo brasileiro, têm direito a trabalho, renda, saúde, educação, moradia, saneamento básico, cultura e todo e qualquer instrumento que permita vislumbrar um futuro digno. Por isso, é fundamental que sejam pensadas alternativas sociais e econômicas que promovam o desenvolvimento sustentável da região.

Um caminho que pode levar a soluções concretas é o dinamismo econômico local. Fazer girar a economia a partir de recursos e capacidades desenvolvidas nos municípios amazônicos tem força para mudar a história e o cenário da região. É importante criar e fortalecer as instituições locais, organizar as políticas regionais, assim como ter o apoio e a atuação de empresas, academia, organizações não-governamentais e governos. O primeiro desafio é combater a ilegalidade, que gera queimadas, desmatamento, especulação de terras. A partir daí, são criadas condições para que a floresta em pé seja uma importante alternativa de prosperidade para os 30 milhões de moradores. Não é preciso desmatar para produzir. Áreas disponíveis já existem. Instrumentos que permitem essa garantia também. Entre eles, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), ferramenta de organização territorial, planejamento eficiente do solo e gestão ambiental. A partir dele, é possível dizer quais serão as áreas destinadas a agricultura e pecuária. Também fortalecem esse princípio a regularização fundiária, a implantação do Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Alguns dos desafios estão ligados ao repertório tradicional das ações orientadas ao desenvolvimento na região. Sair do debate corriqueiro implica buscar novas estratégias e modelos de financiamento híbridos, bem como dar apoio à inovação com integração entre universidades e empresas. Para a organização de cadeias de base mais tecnológica é necessário fazer com que educação, pesquisa e desenvolvimento também se façam presentes nos territórios, permitindo que mentes e talentos ocupem espaços de direito no lugar ao qual pertencem e ampliando as oportunidades onde estão. As saídas de alto nível técnico e intelectual, os postos de gestão e comando, não podem ser "importadas" das capitais ou do Sudeste. Podem e devem florescer na própria Amazônia, tornando real e sustentável uma economia amazônida.

1. Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão.

Repertórios para ação

Pontuar, pensar e articular ações que aliem dinamização das economias locais, sustentabilidade e bem-estar para população é o objetivo principal de Dinamismo Econômico na Amazônia, publicação elaborada pela Agenda Pública. Há muitas oportunidades que podem partir dos municípios e alguns caminhos que direcionam a essas possibilidades: garantir um ambiente regulatório favorável para o

crescimento econômico e competitividade; criar arranjos público-privados inovadores; aprimorar os mecanismos de coordenação para implementar de forma continuada agendas de desenvolvimento pactuadas; inserir a população como potência para o desenvolvimento e não como entrave; transformar políticas de governo em políticas de Estado; criar estratégias para atração de investimentos e financiamento baseadas na sustentabilidade.

O que especialistas têm a dizer? Assista trechos de entrevistas com pessoas que têm amplo conhecimento da região.

Nas páginas a seguir, estão experiências e ideias de especialistas de diferentes áreas que estudam e trabalham com questões da região. Além disso, boas práticas locais, que já em andamento contribuem para a dinamização da economia dos municípios. São entrevistas, cases e artigos que debatem uma nova compreensão e consensos de desenvolvimento possíveis para a Amazônia.

“Queremos demonstrar o que é possível fazer, da perspectiva local, para que essa agenda de futuro seja construída”, diz Sergio Andrade, diretor executivo da Agenda Pública.

“É preciso também discutir as oportunidades e o papel das autoridades e dos governos locais nas estratégias de desenvolvimento para a região. O desenvolvimento da Amazônia se fez a partir de uma história muito conhecida: projetos de colonização ou grandes projetos econômicos, como hidrelétricas, projetos de mineração ou de infraestrutura, que são pensados, de alguma maneira, um pouco fora da região.”

É inquestionável que há uma complexidade envolvida em qualquer avanço que se imagine para a Amazônia, considerando que se trata de um território maior do que a Europa. Ao mesmo tempo, é justamente isso, as diferentes complexidades, que fazem a perspectiva local ser tão fundamental e influente. Apesar de gigantesca, é uma área em que seus principais rumos até aqui se decidiram pela perspectiva de quem não é realmente de lá. Para Sergio, só assim, com a participação da Amazônia, serão articuladas políticas públicas e planos de desenvolvimento factíveis, levando em conta não só vocações econômicas, mas governança e estratégias de investimento.

“Precisamos qualificar a discussão do que é desenvolvimento sustentável. Para a Amazônia, tem a ver com a própria natureza das atividades econômicas da região, conectadas à floresta, à agricultura. Vale lembrar, claro, que a Amazônia Legal não é floresta apenas. Estamos falando de muitas situações diferentes, de Cuiabá a Boa Vista. O polo industrial de Manaus não é uma realidade possível para a Amazônia como um todo. Então, vamos compreender os diferenciais, essa inserção com vantagens comparativas que traz a vertente sustentável como uma oportunidade”, completa Sergio.

Em 2018, a Agenda Pública realizou o ODSLab Amazônia. A metodologia desse laboratório constrói respostas aos complexos desafios do desenvolvimento sustentável. O diagnóstico foi construído a partir do diálogo entre participantes de diferentes setores, forneceu pistas interessantes de estratégias empíricas para dinamizar a economia dos municípios na região e demonstrou a importância da organização territorial, a partir das seguintes diretrizes:

- Envolver as universidades;
- Fortalecer redes governamentais;
- Considerar que os interesses são antagônicos – negociar metas possíveis;
- Investir na qualidade da mão de obra local;
- Fortalecer parceria entre o poder público e as instituições privadas;
- Criar estratégias para facilitar as etapas de produção e comercialização;
- Valorizar as expectativas dos atores locais;
- Dinamizar e estimular cadeias produtivas regionais;
- Capacitar atores envolvidos;
- Qualificar o governo para conduzir o diálogo com a sociedade civil;
- Fortalecer os arranjos de inovação e parcerias multissetoriais;
- Fortalecer os espaços de participação social relacionados à economia;
- Investir na criatividade e em tecnologia para preservar potenciais

Mobilização

Muito já vem sendo feito, diversos atores estão mobilizados - apesar que ainda carecem de conexão entre si.

“Sustentabilidade é o conteúdo da inovação. Ela é a resposta para resolver os nossos grandes dilemas. A tecnologia 5.0, que coloca o ser humano no centro, é fundamental para esse novo mundo”, diz Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Ela diz que um estudo do World Resource Institute (WRI) mostra que a economia de baixo carbono pode acrescentar até R$ 2,8 trilhões ao Produto Interno Bruto do país em dez anos e gerar 2 milhões de empregos. “Quando falamos em mudança do clima, soluções baseadas na natureza podem render oportunidades de negócios de US$ 10 trilhões e criar 395 milhões de empregos até 2030, segundo World Economic Forum.”

Marina destaca que é importante ficar claro que preservar e produzir não são ações antagônicas no Brasil. É, na verdade, uma vantagem competitiva. “Quando falamos de desenvolvimento da Amazônia, até hoje não temos a bioeconomia como uma coisa líquida e certa. Precisamos escalar as boas experiências. A conversa com a região está só começando. O fato é que temos um ativo ambiental que pode virar ativo financeiro competitivo em uma economia de baixo carbono.”

Uma das preocupações do setor privado para que as empresas consigam de fato fazer mais pela região é, por exemplo, melhorar a rastreabilidade da cadeia produtiva e em todas as suas ações e investimentos, além de uma resposta mais efetiva ao desmatamento ilegal. "O governo precisa agir. A criminalidade não é o pequeno que está fazendo e também não é ele que é beneficiado", diz a presidente do CEBDS.

Entender a Amazônia a partir da complexidade do social, ambiental, econômico e político é urgente para Denis Minev, cofundador e conselheiro da Fundação Amazonas Sustentável. "Para muitos com quem converso, a Amazônia são muitas árvores e algumas pessoas espalhadas. Essa abordagem é simplista. Precisamos entender cada uma das regiões, que são diferentes, para nos tornamos hábeis cientificamente e empresarialmente na utilização da floresta em pé."

E não há como pensar em desenvolvimento sem pensar o fortalecimento da educação, segundo Tatiana Schor, secretária executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas. "Quando você olha todos os padrões de países desenvolvidos, a educação de base pública, gratuita, o investimento em ciência e tecnologia alavancam a economia. O papel que as universidades federais e públicas no interior do estado têm para transferência de tecnologia é enorme."

Além da filantropia

A agenda ambiental para a Amazônia sempre teve enfoque na proteção. Novamente, não há como negar a urgência da preservação da floresta. Nunca houve, no entanto, integração de diversos aspectos e dimensões que precisam ser considerados para a região conquistar equilíbrio e inclusão econômica, com base no reconhecimento dos direitos humanos e na redução das desigualdades.

Um norte é "olhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de maneira transversal para garantir o desenvolvimento da região", afirma Renata Piazzon, gerente executiva de Mudanças Climáticas no Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são parte de um acordo internacional para implementação da Agenda 2030 da ONU, estruturada em torno de 17 objetivos, desdobrados em 169 metas a serem alcançadas até 2030.

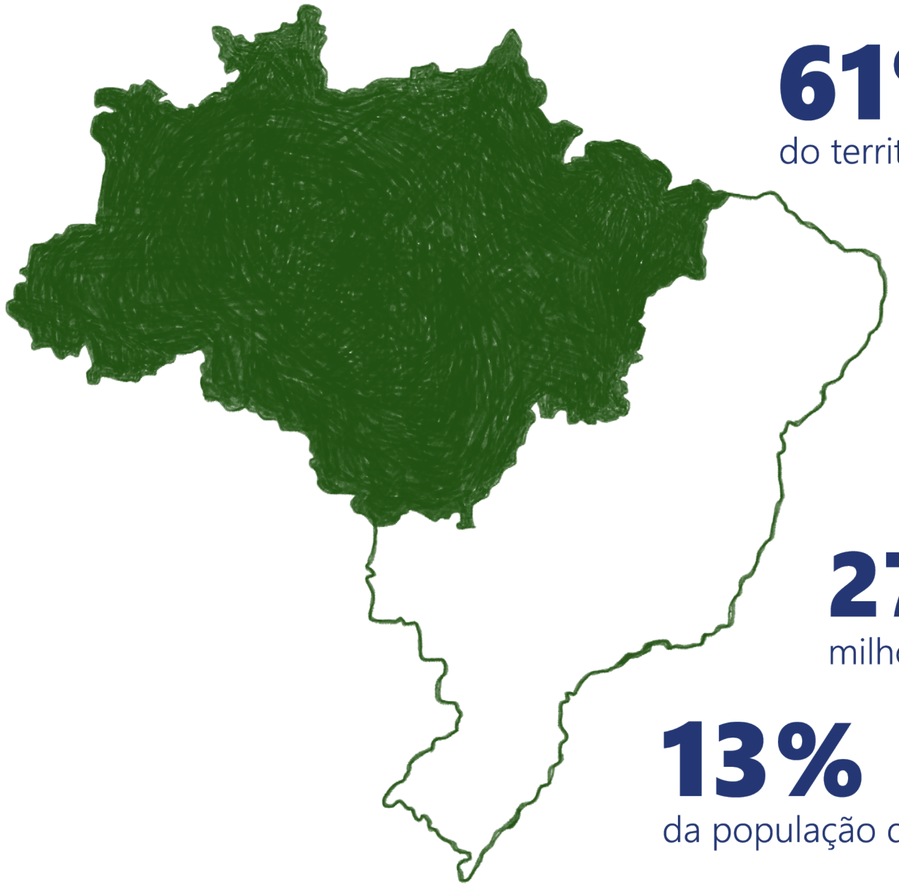
Calcada nos ODS, Renata destaca a divisão das chamadas quatro Amazônias: a Amazônia preservada, a Amazônia desmatada, a Amazônia do arco do desmatamento e a Amazônia urbana.

"Significa que vamos precisar de alguns modelos de desenvolvimento. Não vai ter uma resposta única e esses modelos vão variar dependendo da localização".

Para alcançar esse olhar sistêmico surgiu o movimento Uma Concertação pela Amazônia, que já reúne mais de 100 líderes interessados em ampliar esforços para um avanço socioeconômico consistente na região. O Arapyaú está entre as instituições impulsionadoras do projeto. "Numa parceria entre Instituto Arapyaú, Coalizão Brasil, Rede Brasil do Pacto Global, Sistema B, CEBDS e Instituto Ethos, lançamos uma iniciativa chamada Amazônia Possível na ONU, com um convite para o engajamento do setor privado, mas também para uma abertura do diálogo entre todos os setores. O desenvolvimento que a gente quer é como transformar o big business em um dos protagonistas para o desenvolvimento da região e para fortalecimento das instituições públicas por meio da governança."

A especialista reforça que existe um "tempo" da Amazônia que precisa ser aceito. Mais longo do que em outros lugares. Mas graças a esse entendimento de complexidade, todos os setores brasileiros se mostram engajados. Para ela, é bom ver movimentos surgindo, crescendo, dando uma visibilidade para a região que não existia. "O desafio é como coordenar e garantir que sejam soluções desenhadas com os amazônidas."

Amazônia Legal: como são os municípios



61%
do território brasileiro

8
estados

772
municípios

27,4
milhões de habitantes (2018)

13%
da população do país

Dados gerais	Brasil	Amazônia Legal
População (2018)	208.494.900	27.474.551
PIB Total (R$ 1000) (2016)	6.267.205.016	537.397.933
Média PIB (R$ 1000) (2016)	1.125.171	696.111

Dados gerais comparativos entre Brasil e Amazônia Legal

Índice de Progresso Social

"O IPS é composto por indicadores exclusivamente sociais e ambientais agregados em três dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o Bem-Estar e Oportunidades) e 12 componentes."

"O IPS Amazônia 2018 revela que houve uma ligeira redução do índice em comparação ao IPS Amazônia 2014: de 57,31 para 56,52. Em geral, a região amazônica ainda enfrenta muitos problemas sociais e ambientais, incluindo o agravamento da segurança pública, a precariedade no saneamento básico e acesso à água tratada, a deficiência na educação superior, a pouca garantia de direitos individuais e o aumento recente do desmatamento"

56,52 Índice de Progresso Social na Amazônia abaixo da média geral do IPS Brasil 2018, que registrou 67,18.

Fonte:
Imazon Resumo Executivo – Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira. IPS Amazônia 2018. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/2018/publicacoes/Resumo-Executivo-V12.pdf]

Políticas públicas, Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Por Arilson Favareto (UFABC/CEBRAP), Marcela Correa (FGV) e Gabriela Lotta (FGV)

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável representam a mais ambiciosa tentativa em curso de coordenação em torno de valores e compromissos relacionados ao bem-estar humano e à conservação ambiental. Nos marcos do documento Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (UN, 2015), os ODS, as metas a eles associadas, a arquitetura de implementação e os meios de acompanhamento unificam acordos e estratégias em desdobramento às negociações internacionais do clima e do combate à pobreza, dando seguimento ao período de implementação do Protocolo de Kyoto e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

Há ao menos três posições distintas a respeito de seu significado (Favareto, 2019; Favareto, 2020). A primeira, de forte ceticismo e crítica política, reúne aqueles cujos argumentos levariam a minimizar o potencial e os efeitos de acordos como os ODS, ao menos em parte porque veem limites intrínsecos aos conceitos mesmo de desenvolvimento ou de sustentabilidade. Uma segunda posição congrega aqueles que aderem parcialmente e pragmaticamente à retórica dos ODS, mas numa visão anti-sistêmica e mesmo um tanto ingênua, na qual a soma das partes levaria naturalmente e inequivocamente ao todo. E uma terceira posição reúne aqueles que veem na retórica do desenvolvimento sustentável e, por extensão, nos ODS, uma oportunidade para melhorar as bases das interações humanas na direção de maiores níveis de bem-estar e de maior adaptabilidade à convivência com a biosfera num contexto de crise social e ambiental.

A Agenda 2030 depende de que esta terceira visão seja posta em prática. Somente assim seria possível evitar tanto o ceticismo quanto a adesão ingênua à ideia, tomando os ODS como uma plataforma para a busca de convergências de esforços e com enfoque mais consistente a respeito dos problemas a serem enfrentados. Não é essa, contudo, a forma de ver que tem prevalecido em governos e mesmo em parte da comunidade científica. Nestes dois âmbitos, a maior parte dos esforços tem sido empenhada justamente na busca por agendas setoriais e temáticas, ou para formular melhores indicadores que permitam monitorar adequadamente o progresso dos países na realização das metas acordadas.

Esta é a razão pela qual uma das maiores autoridades sobre o tema, Robert Constanza, - em capítulo escrito com Mans Nilsson para o relatório Review of targets for the SDG – the Science perspective (Constanza et al., 2015) - ressalta que, para além de indicadores e do monitoramento de metas isoladas, é preciso fortalecer a consistência e a efetividade da iniciativa. Para isso, elenca cinco tópicos que merecem maior atenção e auxiliam em tal direção: a) formular uma meta abrangente, que permita enfeixar e dar coerência e sentido às demais; b) desenvolver metas interligadas comuns a diferentes objetivos; c) elaborar uma nova narrativa, convincente sobre desenvolvimento; d) agregar metas e interações; e) especificar metas.

No caso brasileiro se poderia agregar ainda um sexto tópico: é preciso que o tratamento da Agenda 2030 e dos ODS não seja um esforço "territorialmente cego". Não será possível alcançar as metas pactuadas sem um tratamento substantivo da diversidade espacial brasileira. Instrumentos de políticas públicas voltados para as regiões metropolitanas não são adequados para boa parte dos municípios de pequeno porte do Brasil rural e interiorano. E as características dos grandes biomas do país também precisam ser levadas em conta, não somente para adaptação de investimentos públicos e privados, mas porque nesta diversidade reside boa parte dos trunfos que podem estar na base de um desenvolvimento para o país.

Isso é, uma abordagem territorial é incontornável pois ela envolve nada menos do que os dois temas cruciais do mundo contemporâneo: as desigualdades e as mudanças climáticas. O enfrentamento das desigualdades tem nas disparidades territoriais uma de suas manifestações mais agudas. A seguir, retratamos as metas dos ODS nos municípios da Amazônia brasileira. Narrativas emergentes como a bioeconomia (ABC, 2020), Amazônia 4.0 (Nobre, 2020), big push ambiental (Gramkow, 2019), ou o Green New Deal (Baudhardt 2014) só farão sentido se conjugarem a transformação produtiva em bases biológicas com a ampliação das oportunidades das pessoas em participar da vida econômica e social.

Caracterização do Bioma Amazônia

A publicação Agenda 2030 no Brasil rural e interiorano – reflexões e ideias para uma nova geração de políticas (Favareto, 2020) compila dados e análises referentes à evolução da implementação dos ODS em todos os municípios brasileiros e traz um balanço das principais políticas públicas direcionadas especificamente aos municípios não metropolitanos. Com o intuito de apresentar um panorama da região amazônica, foram extraídas dali as informações referentes à caracterização dos municípios que compõem o Bioma Amazônia.

Novaes et al (2020) classificaram os municípios brasileiros em tipos de características rurais, intermediários ou essencialmente urbanos, valendo-se para isso da tipologia territorial elaborada pelo IBGE (2018)[2]. Os autores aplicaram uma classificação adicional, de acordo com a localização destes municípios nos grandes biomas brasileiros. Assim, o bioma Amazônia é composto por 553 municípios, onde vivem 23,2 milhões de habitantes (IBGE, 2018). 21% destes municípios têm características essencialmente urbanas, mas concentram 65% da população[3]; 9% são municípios de porte intermediário adjacentes aos centros urbanos, com 5,7% da população; 7,1% são municípios de porte intermediário, mas com localização remota, com 5% da

população; 35,8% são municípios com características rurais, mas adjacentes a centros urbanos, com 13,9% da população; 27,1% são municípios de características rurais e de localização remota, com 10,4% da população. Portanto, 62,9% (cerca de 2/3 do total) dos município são classificados como rurais e cerca de 1/4 como rurais remotos. Mas quase 2/3 da população vive no correspondente a 1/5 dos municípios com características essencialmente urbanas.

Classificam estes municípios a partir do desempenho de indicadores econômicos e sociais: (i) os municípios ricos, nos quais o PIB e pelo menos dois indicadores sociais, dentre os selecionados, estão acima da média do Brasil; (ii) os municípios injustos, com PIB acima da média mas pelo menos dois indicadores sociais abaixo; (iii) os municípios remediados, com PIB abaixo da média e pelo menos dois indicadores sociais acima da média; (iv) e os municípios pobres, nos quais tanto PIB como pelo menos dois indicadores sociais estão abaixo da média brasileira.

A grande maioria (79,4%) dos municípios amazônicos são pobres. Interessante notar que apenas 4,5% são ricos, e estão concentrados na região sudeste do Bioma, parte da fronteira entre Amazonas e Mato Grosso. Esta configuração pode estar associada ao bom desempenho do agronegócio. Mas também se concentram os municípios injustos, evidenciando que o dinamismo econômico impulsionado por este setor não gera apenas maior bem-estar, mas também mais desigualdade.

O cruzamento entre as tipologias indica um panorama mais complexo da realidade dos municípios do bioma Amazônia. Entre os municípios pobres, 51,7% são rurais - adjacentes ou remotos - o que implica em um padrão prevalecente no bioma de maioria rural e pobre. Muito embora apenas 14,5% dos municípios pobres sejam urbanos, quase 10,3 milhões de pessoas são residentes dessas localidades, o que totaliza quase 44,8% da população da Amazônia. Logo, há uma concentração de pessoas nos conglomerados urbanos vivendo em situações precárias. Segundo Wratten (1995) pensar na pobreza urbana e rural como um continuum permite que as máximas "pobreza urbana igual a fome" e "pobreza rural igual a falta de oportunidades" se rompam.

Dizer que a maioria dos municípios amazônicos tem caráter predominantemente rural - seja adjacente a centros urbanos ou remoto - e são pobres, é algo que já delimita uma série de desafios para pensar a implementação dos ODS na região. Em termos logísticos, por exemplo, o acesso a localidades remotas dificulta o estímulo de novas atividades produtivas, inclusive em relação ao escoamento de produtos agrícolas ou extrativos. Além disso, a imposição de exigências de longas locomoções fluviais para acessar os serviços públicos também se materializam como barreiras para o cumprimento dos ODS. Sob o ângulo dos demais municípios de características urbanas, em menor número mas onde reside parte expressiva da população, trata-se de um tipo urbano significativamente diferente daquele encontrado nas grandes cidades de outras regiões: os níveis de vulnerabilidade são muito altos, com grandes problemas de infraestrutura urbana, e as características da rede de cidades em que estão inseridos é bastante distinta. Não há uma teia densa de cidades em seu entorno.

Tais observações ajudam a pensar que a região amazônica não pode ser lida de forma homogênea. Portanto, não é possível desenhar uma agenda única de ação pública. A diversidade territorial, populacional, cultural e socioeconômica deve ser vista como uma premissa para quaisquer iniciativas de implementar ou avaliar a evolução dos ODS na região.

2. Esta tipologia é uma adaptação para o caso brasileiro da forma de classificação utilizada pela OCDE. São considerados urbanos os municípios situados em regiões metropolitanas, com alta densidade populacional ou muito alto número de habitantes. No outro extremo, são considerados rurais os municípios com pequeno contingente populacional e baixa densidade demográfica. Na faixa dos municípios intermediários estão aqueles que se situam fora das áreas metropolitanas e tem porte médio ou alta densidade populacional. As vantagens dessa forma de classificação é que ela evita distorções decorrentes da particularidade brasileira, que classifica o rural e o urbano de acordo com legislações inframunicipais. Para uma discussão sobre este tema ver Veiga (2002), IBGE (2018).

3. Os dados referentes à população são as estimativas do IBGE de 2018.

Diagnóstico dos ODS nos municípios do bioma Amazônia

Os ODS compõem um quadro complexo e multidimensional para a tarefa de desenvolvimento das nações, regiões e comunidades no mundo. A seguir são apresentados os dados para alguns indicadores selecionados e disponíveis em base municipal.

Objetivo 1
Erradicação da Pobreza

Se caracteriza como uma continuidade do compromisso assinado pelos países-membro da ONU no âmbito dos Objetivos do Milênio (ODM)[4] de erradicar a pobreza no mundo. Estudos apontam que para que a pobreza seja considerada erradicada é preciso que os percentuais de indivíduos nessa situação estejam abaixo de 3% (IPEA, 2018; ONU, 2015).

O Banco Mundial propõe a construção de três linhas de pobreza distintas. A Linha Internacional da Pobreza, cujo valor está parametrizado em US$1,90 per capita (PPC 2011), é utilizada para realizar comparações gerais entre países, sendo a principal métrica global de pobreza (Banco Mundial, 2020). O órgão propõe a adoção de duas outras linhas: uma referente aos países com rendimento, em termos de PIB médio-baixo (US$3,20 per capita) e outra aos países com rendimento médio-alto (US$5,50 per capita). No caso da realidade brasileira, o IPEA (2018) orientou para o uso da linha de US$3,20 para acompanhar a evolução deste objetivo. Em 2018, o percentual de indivíduos abaixo desta linha da pobreza era de 13,3% (IBGE, 2018, p. 62).

Os dados indicam que a extrema pobreza no Brasil é um fenômeno com maior intensidade no meio rural: 934 dos 1.113 municípios que compõem o primeiro quintil em taxa de pobreza são rurais. Tal resultado vai ao encontro dos dados divulgados pela Cepal (2020), que informam que em 2018 no Brasil havia 31,7% de indivíduos residentes de áreas rurais abaixo da linha de US$3,20 (pobreza rural) e 13,2% abaixo da linha de U$1,90 (pobreza rural extrema).

Em 2018, no caso do bioma Amazônia, 262 municípios (47,3%) apresentavam resultados dentro do primeiro quintil do índice pobreza aqui utilizado. A região apresenta um cenário crítico em termos de intensidade da pobreza - o que lança desafios relacionados ao baixo dinamismo econômico, a falta de acesso a bens e serviços públicos e outras dinâmicas de exclusão social e territorial. Nos outros biomas a distribuição é a seguinte: Caatinga (48%), Cerrado (17,5%) e Mata Atlântica (4,4%). A média nacional é de 20%.

4. Em 2015, havia ainda mais de 700 milhões de pessoas no mundo vivendo com menos de US$ 1,90 por dia. Ademais, no mesmo ano, mais de 50% da população mundial vivia com menos de US$ 8,00 por dia (ONU, 2015)

Objetivo 2
Fome Zero

A meta 2.1 deste objetivo está ligada à segurança alimentar em termos de acesso à alimentação de qualidade e à manutenção de uma cadeia produtiva sustentável. O indicador utilizado como proxy para diagnosticar a evolução deste ODS diz respeito ao percentual de crianças subnutridas. Na Amazônia, somente 72 municípios (13% do total de municípios) encontravam-se no primeiro quintil de subalimentação. No Brasil, embora os municípios de caráter rural adjacente e pobres concentrem o maior montante de resultados precários em termos de nutrição infantil, tal panorama não se materializa tão fortemente na Amazônia. O bioma Caatinga, nesse caso, é o bioma com pior qualificação (31,1% de seus municípios), seguida do Cerrado (20,1%) e Mata Atlântica (15,5%). A média de municípios brasileiros no primeiro quintil de subnutrição infantil é de 19,1%.

Objetivo 3
Saúde e bem-estar

A promoção de saúde e bem-estar para as populações mais vulneráveis é um dos principais pilares deste objetivo, considerando, mais uma vez, a pobreza como fenômeno multidimensional (Sen, 1998; PNUD, 1990). O indicador utilizado para avaliar o desempenho dos municípios brasileiros nesse quesito diz respeito às taxas de mortalidade infantil - opção também adotada no cálculo do IDH-M. O IPEA (2018) aponta para uma redução considerável dos níveis de mortalidade neonatal e infantil, conduzindo o país para o cumprimento da meta global bem antes de 2030. Dessa forma, a meta 3.2 foi reformulada para termos mais compatíveis com a atual realidade (IPEA, 2018, p. 82).

A meta atual é de no máximo cinco recém-nascidos por mil nascidos vivos e mortalidade de crianças de até 5 anos em no máximo oito por mil nascidos vivos. O bioma Amazônia possui 71 municípios na condição do primeiro quintil deste indicador, o que corresponde a 12,8% do total de municípios desta região. O Cerrado, por sua vez, apresenta os resultados mais críticos (23,3%), seguido da Mata Atlântica (20,2%).

Objetivo 4
Educação de qualidade

Tendo em vista os processos recentes de universalização do ensino fundamental no Brasil, o acesso ao ensino médio de alunos(as) entre 15 e 17 anos é usado como métrica para diagnosticar o grau de cobertura educacional nos municípios, a partir dos dados extraídos do Censo Escolar de 2018. Isso porque a meta 4.1 foi reformulada no país e prevê a universalização de 100% do acesso à educação até 2030 na idade adequada (IBGE, 2018). Neste quesito, os biomas Amazônia e Caatinga possuem os piores resultados em relação a concentração de municípios no primeiro quintil, 34,2% e 33,2% dos municípios de cada bioma, respectivamente. Mais uma vez, chama atenção a intersecção dos índices mais críticos nos municípios rurais e pobres, os quais são dominantes nestas regiões.

Objetivo 5
Igualdade de gênero

O princípio de equidade de gênero norteia de forma transversal os ODS. Por exemplo, em relação ao acesso igualitário à educação de meninas e jovens. A preocupação em implementar políticas que considerem a dimensão de gênero - e as desigualdades que são produzidas entre meninos e meninas, homens e mulheres - faz parte do rol de ação dos organismos internacionais há pelo menos duas décadas (Farah, 2004). O documento Toward Gender Equality (1995) do Banco Mundial e a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing (1995) se materializam como marcos para o feminismo internacional (Cepal, 2004). Segundo Melo e Bandeira (2005) uma das grandes vitórias desse evento foi a construção de uma agenda global de gênero, lançando luz a um tema que antes estava oculto no debate sobre desenvolvimento.

A formulação de um objetivo específico que vise fomentar iniciativas voltadas para igualdade de gênero corresponde a uma continuidade e consolidação deste debate iniciado na década de 1990. A meta 5.5 do ODS 5 prevê a plena participação das mulheres nas esferas públicas e políticas de decisão. Cumpre salientar que esta meta considera as intersecções entre raça, etnia, idade, religião, orientação de identidade de gênero, territorialidade, cultura. (IPEA, 2018, p. 145). Vale observar a proporção de mulheres nas Câmaras de Vereadores em quintis. Em linhas gerais, os resultados nos mostram uma concentração de 816 municípios rurais no Brasil sem qualquer participação feminina no Brasil. Temos 672 pobres sem participação de mulheres na Câmara. Na Amazônia, 115 municípios apresentaram resultados similares, o que corresponde a 20,8% dos municípios desta região sem mulheres no Legislativo local. Mas, os piores resultados, em termos proporcionais, são do Cerrado e Mata Atlântica, com 25% e 25,5% de seus municípios nessas condições.

Objetivo 6
Água potável e saneamento

O acesso à água adequada para consumo da população é um direito humano básico e fundamental para garantia da vida. No contexto brasileiro, o termo "água potável" foi substituído por "água para consumo humano", tendo em vista a Portaria do Ministério da Saúde MS nº 2.914/2011(IPEA, 2018, p. 161). A meta 6.1, portanto, será considerada a partir de três eixos estruturantes: (i) água segura em termos de qualidade, conforme Comitê de Direito Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (CDESC-ONU); (ii) garantia de acesso às populações vulneráveis; (iii) acesso universal e equitativo como direito humano básico.

Tendo em vista a necessidade de mensurar o cumprimento desta meta a nível municipal, consideramos o indicador acesso a fontes seguras de abastecimento de água, cujas informações foram extraídas do

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). A meta estabelecida preconiza a universalização (100%) do acesso à água até 2030. Os dados foram organizados para diagnosticar os municípios mais carentes (com variação de 0% a 37,3%).

Os municípios rurais apresentam o cenário mais crítico. Foram diagnosticados 145 municípios rurais remotos e 761 rurais adjacentes. Ademais, 28,7% (842) dos municípios categorizados previamente como pobres também se encontram entre aqueles cujo acesso à água varia entre 0 e 37,3%. No bioma Amazônia tem-se a presença de 55,5% dos municípios da região nesta condição, caracterizando-se como o cenário mais precário. Nas outras regiões: Caatinga (24,6%), Cerrado (18,8%) e Mata Atlântica (11,8%). A média nacional gira em torno em 20%.

Objetivo 8
Trabalho decente e crescimento econômico

A promoção do trabalho decente e de investimentos em iniciativas que busquem fomentar o crescimento econômico local a longo prazo são premissas que norteiam a meta 8.1 do oitavo ODS. Tal panorama está ligado à adoção de medidas macro e microeconômicas direcionadas ao desenvolvimento econômico, inclusive tendo em vista a melhoria dos patamares de renda per capita no país. Assim, o PIB municipal per capita é o indicador utilizado para diagnosticar o cenário de evolução. A meta foi reformulada pelo grupo interministerial de previsão de crescimento médio do PIB per capita de 1,6% entre 2016 e 2018 e 2,55% entre 2019 e 20130 (IPEA. 2018, p. 106). Consideramos como abaixo da meta aqueles municípios com desempenho inferior à 1,6% entre 2010 e 2016.[5]Apenas 13,5% dos municípios do meio rural brasileiro (510 no total) se encontram no primeiro quintil dos dados, panorama que pode estar ligado ao funcionamento do mercado agrícola brasileiro e ao impulso dado pela expansão das políticas sociais com seus efeitos sobre as economias locais.

No bioma Amazônia, 15,6% dos municípios que o compõem estão no quadro mais precário (somando, 86 municípios). O pior desempenho é o da Mata Atlântica (24,6%) seguido do Cerrado (19,6%). Podemos argumentar que os municípios com maior complexidade econômica - localizados principalmente nas áreas urbanas - apresentam os piores desempenhos da série histórica 2010-2016.

5. Cumpre salientar algumas ressalvas metodológicas: falta de um deflator para o indicador PIB municipal e impacto das sazonalidades dos produtos agrícolas, que apresentam ciclos econômicos dinâmicos. Além disso, para os próximos anos será preciso levar em conta a crise econômica continuada dos anos recentes, agravada dramaticamente com a pandemia da Covid19. Estes aspectos não foram tratados nesta publicação.

Objetivo 16
Paz, justiça e instituições

A meta 16.1 prevê a articulação dos entes subnacionais, organizações e indivíduos da sociedade civil e União para redução das taxas de violência relacionadas aos crimes graves, como homicídios por morte violentas - com destaque às mulheres, a população negra, crianças e adolescentes e idosos(as). O indicador que mensura o número de homicídios no Brasil foi extraído do DATA-SUS, em conformidade à metodologia aplicada pelo Atlas da Violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018). Os jovens entre 15 e 19 anos são as principais vítimas de homicídio no Brasil (representando 56,6% dos casos) - com maior incidência entre os pretos e pardos (FSBP, 2018). Tal panorama expõe as dinâmicas das desigualdades raciais no país, à medida que população negra masculina é a mais acometida desses crimes. Enquanto a taxa de homicídios de negros cresceu entre 2006 e 2016 a de não brancos não aumentou.

A meta 16.1 estabelece a redução das taxas de violência entre os grupos vulneráveis no Brasil. Se utiliza aqui como parâmetro a métrica de redução de ⅓ dos homicídios até 2030. Com os dados organizados em quintis, dos municípios classificados como pobres no Brasil 22,6% apresentaram os piores resultados. Em relação ao bioma Amazônia, 134 municípios estão na faixa mais crítica (24,2% do total de municípios desta região). Embora em linhas gerais os conglomerados urbanos e pobres tendem a concentrar as maiores taxas de violência, a relação percentual dos municípios amazônicos nesse patamar é maior do que nos outros biomas (Caatinga, 23,1%; Cerrado, 16,1%; Mata Atlântica, 15,5%). Tal panorama pode ser explicado pela concentração populacional nos centros urbanos da Amazônia, sob condições precárias.

Implicações para uma agenda de políticas públicas

A complexidade do retrato traçado, ainda que restrita a alguns indicadores selecionados, permite afirmar que uma agenda de políticas voltada à consecução das metas da Agenda 2030 não envolve simplesmente a adoção de alguns pacotes de medidas. A aceleração no cumprimento das metas dos ODS não será jamais mero exercício técnico, e sim o resultado de um contrato e uma narrativa partilhada sobre como enfrentar os problemas, da montagem de uma coalizão de forças sociais capazes de sustentar essa agenda por um prazo maior do que o mandato de um governo. Isso exige formas de articulação entre Estado, sociedade e mercado, orientadas por uma perspectiva estratégica capaz de colocar o país e suas regiões no caminho de um desenvolvimento que se possa chamar de sustentável.

A já mencionada publicação Agenda 2030 no Brasil rural e interiorano – reflexões e ideias para uma nova geração de políticas (Favareto, 2020) elenca um conjunto de temas e questões. Não como um pacote de medidas, mas como exemplos de ações que precisam ser tomadas e podem sinalizar um desenho no arranjo de forças sociais capaz de lhe dar suporte. Algumas delas estão elencadas a seguir.

Paridade entre regiões rurais e urbanas

Um primeiro vetor deve ser o compromisso em torno da paridade entre regiões do país e entre áreas rurais e áreas urbanas em um conjunto determinado de indicadores econômicos e sociais. Não é aceitável que em pleno século 21 um cidadão seja condenado a ter menos anos de estudo ou menor expectativa de vida apenas por conta da região onde nasceu e vive. Sempre haverá diferenças, por exemplo, em salários ou nos níveis de escolarização em regiões que concentram atividades econômicas mais complexas. Mas não se pode dizer o mesmo da mortalidade infantil, do acesso à educação nos níveis fundamental e médio, ou de outras dimensões básicas do bem-estar. O mapeamento da situação atual do cumprimento das metas ODS mostra a necessidade de agendas voltadas para territórios com certas características, destacadamente a Amazônia e a Caatinga.

Aperfeiçoamento de programas e políticas existentes ou já experimentadas

Desde a Constituição de 1988 e, mais acentuadamente, durante a primeira década do século 21 houve a criação de vários programas que podem ser fortalecidos, ampliados e melhorados. O Programa Bolsa Verde é um exemplo. Foi uma importante inovação, mas de alcance relativamente restrito e apenas parcialmente articulado com outras iniciativas. A Estratégia de Inclusão Produtiva do Programa Brasil Sem Miséria, idem. O mesmo vale para os vários fundos públicos de financiamento existentes e diversos outros programas e políticas que poderiam ser aqui citados. Sob o ângulo do financiamento, o Imposto Territorial Rural é um caso de algo ineficiente e sobre o qual a sociedade brasileira tem um nível de conhecimento baixíssimo. Num quadro de restrição fiscal, seria fundamental introduzir uma legislação que permita onerar o setor especulativo e que gera impactos ambientais e sociais negativos, que poderia até ser neutra num primeiro momento para os setores mais produtivos, e regressiva de forma a beneficiar produtores que façam um uso mais eficiente, tanto sob o ângulo social como ambiental, dos recursos naturais. O importante é o sentido dos ajustes, os colocando em consonância com os requisitos de uma transição para a sustentabilidade.

Política efetiva de ordenamento territorial

É impossível coordenar uma agenda de desenvolvimento numa perspectiva de transição sustentável sem uma robusta política de ordenamento territorial. Este tema é especialmente relevante na Amazônia, com um histórico conhecido de conflitos fundiários, e onde há enorme potencial devido à riqueza de recursos naturais. É assombroso que o Brasil não tenha uma política efetiva de ordenamento territorial, quando se pensa em sua complexidade, dimensões continentais e no caráter estratégico de suas fronteiras e de sua base de recursos. Isso implica na harmonização de um conjunto de peças gerenciais hoje organizadas setorialmente, para além da Política Nacional de Ordenamento Territorial existente, mas que dependem de uma ação centralizada do governo federal para que ocorra alguma convergência.

Uma política de ordenamento territorial deveria regrar e comandar planos setoriais como os planos decenais ou duodecenais de energia, mineração, entre outros. Deveria também atualizar, integrar e harmonizar instrumentos de ordenamento territorial já existentes como o Estatuto da Cidade, a legislação sobre o parcelamento do solo urbano, o gerenciamento costeiro e o Estatuto da Terra e a legislação fundiária. Este tipo de ação permitiria equacionar um conjunto de tensões hoje existentes, definindo da melhor forma a complementaridade entre espaços de participação e gestão social e as atribuições de veto, comando e controle do poder executivo; tornando mais eficientes mas não menos robustos os instrumentos de licenciamento ambiental, entre outros aspectos; enfrentando problemas novos como a internacionalização e a financeirização do mercado de terras.

Coordenação federativa

A região amazônica compreende diferentes tipos de municípios e os governos estaduais. Uma ação efetiva para metas ousadas como as expressas nos ODS demanda não apenas de coordenação intersetorial mas também federativa, envolvendo governo federal, governos estaduais e municípios. Os municípios sozinhos muitas vezes não têm os recursos econômicos e técnicos para levar certos tipos de ação adiante. Muitas delas precisam ser planejadas em uma escala intermunicipal. Experiências de sistemas únicos, como o SUS e SUAS, têm permitido uma ação mais harmônica entre os entes federativos que combina ações de incentivo e indução e logram reduzir desigualdades intrafederativas. Uma ação efetiva para a região amazônica depende da construção de instrumentos de coordenação entre os vários atores visando criar diretrizes comuns com espaço para adaptação de ações a cada território. Também precisam combinar sistemas de regulação, financiamento e execução articuladas entre os entes da região.

Gestão antecipada dos conflitos socioambientais

Experiências recentes como a BR163 e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxeram consigo a tentativa de associar a mitigação e compensação pelos impactos destas obras a planos e investimentos mais estruturais relacionados ao desenvolvimento do seu entorno, de forma a proteger ou beneficiar as populações ali residentes. Os resultados, no entanto, são no mínimo controversos. Parte disso se deve ao fato de que é muito difícil manejar as dinâmicas desencadeadas com os enormes fluxos demográficos e de recursos mobilizados com estas obras. Parte se deve ao fato de que há pouco pensamento estratégico para o desenvolvimento das regiões em conflito. No mais das vezes há listas de investimentos que são extremamente importantes, mas de caráter imediato e voltados a compensar o déficit estrutural acumulado em equipamentos públicos e serviços sociais. Não precisaria ser assim. Os planos de expansão dos investimentos do setor agropecuário, da mineração e do setor de energia permitem projetar no tempo um mapa potencial de conflitos socioambientais que devem ocorrer nos próximos vinte anos. A criação de unidades de conservação em posições estratégicas para conter ou arrefecer o avanço da frente de expansão da agropecuária foi um passo importante desse tipo de ação. Mas é preciso mais: um plano especial para estas áreas onde estes investimentos ainda irão chegar, de forma a prepará-las para uma transição no estilo de organização territorial, fortalecendo seus laços sociais e econômicos e criando novas oportunidades à altura dos desafios que virão. Em outras situações é mesmo o caso de se evitar estas novas obras e atividades, como por exemplo novas grandes hidrelétricas na Amazônia, que deveriam ser substituídas por novas fontes de energia, que se tornam cada vez mais viáveis com a redução dos custos das tecnologias a elas associadas, como bem o demonstra a expansão da energia eólica no Brasil ou da solar em outros países.

Nova matriz produtiva

Este é um aspecto central para o Brasil e para a Amazônia. Os setores hoje mais dinâmicos da economia brasileira precisariam ser submetidos a maiores condicionalidades e a melhores incentivos

ambientais. Os setores ainda incipientes e mais condizentes com uma economia do século 21 precisariam ser emulados de maneira mais significativa, menos tímida e pontual. Envolve uma arquitetura legal e fiscal, que permita onerar os setores intensivos em recursos naturais e geradores de alto impacto ambiental, e financiar os setores emergentes e mais eficientes sob critérios sociais e ambientais. Isto envolve também uma política científica e tecnológica capaz de gerar as inovações necessárias, enfrentar gargalos de soluções, diminuir custos de produção. Envolve, ainda, a construção de mercados para estas inovações e novas formas de uso dos recursos naturais. Quatro conglomerados de setores precisariam receber atenção e diretrizes especiais: agropecuária, extrativismo e alimentação; energia e mineração; transportes e indústria automobilística; química e biotecnologias. Em todos eles é possível e necessário introduzir modificações no uso de materiais e energia, no modelo tecnológico adotado, nas formas de tributação e incentivo, no acesso e organização de mercados. O caso do açaí tem sido reiteradamente mencionado como exemplo de rápida projeção no mercado internacional. Boa parte deste potencial está em áreas de baixa dinâmica econômica e com concentração de populações pobres. Como envolvê-los nestes mercados retendo parte da renda nas regiões produtoras, melhorando a produtividade das famílias que vivem da extração? Só assim a bioeconomia será mais do que mera oportunidade de negócios verdes. Outro exemplo: o Brasil criou dezenas de novas universidades, parte delas nas regiões interioranas do país, inclusive na Amazônia. Centenas de institutos de tecnologia também foram criados nas mesmas áreas. Mas qual é a relação entre estas universidades, institutos de tecnologia e a rede de ensino fundamental e médio nestas regiões? Ou qual é a relação entre esta base científica e tecnológica e a geração de projetos estratégicos apoiados, por exemplo, articulando a rede de cidades médias do interior do Brasil e seu entorno? No caso da Amazônia é preciso pensar uma nova matriz produtiva que coordene política social, política de conservação e política industrial. Distante da exploração rudimentar ou simples exportação de bens primários.

A referência bibliográfica do artigo está na seção Referências Bibliográficas desta publicação, a partir da página 34.

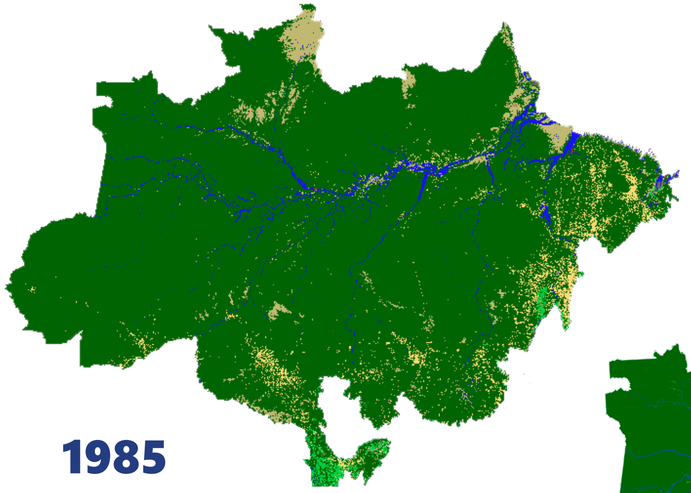
Considerações finais

O acordo internacional que formulou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foi uma das grandes conquistas recentes voltadas a associar progresso econômico, ampliação do bem-estar, e a tentativa de fazer frente às mudanças climáticas globais. No entanto, é necessário investir agora na construção de arranjos para garantir sua implementação e sua efetivação. A execução de políticas que gerem o cumprimento das metas não pode ser vista como uma simples lista estanque de tarefas setoriais, cujas responsabilidades são divididas entre ministérios e entes federativos ou Estado, setor privado e organizações sociais. É uma tarefa que exige coordenação entre áreas de governo, entre níveis de governo, e entre poder público e iniciativa privada. Sobretudo, exige uma narrativa abrangente capaz de dar coerência a este conjunto de frentes e a pôr em funcionamento uma estratégia partilhada e convergente de mudança. Não é tarefa fácil, mais ainda no contexto que marca os tempos atuais.

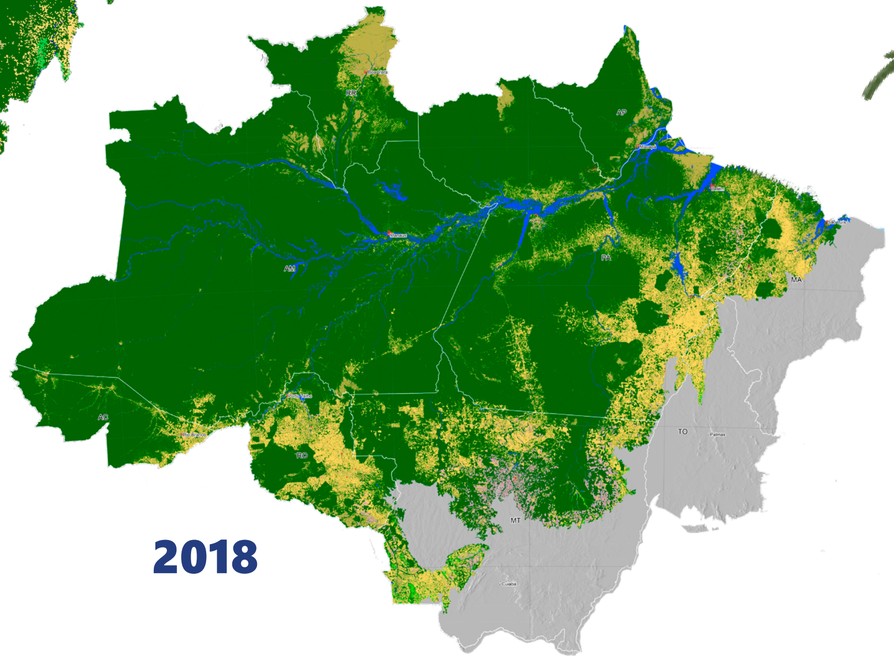
O lema "não deixar ninguém para trás", associado à Agenda 2030, implica na necessidade de se dar atenção específica para a heterogeneidade territorial do país. Medidas, investimentos, instrumentos e políticas do tipo one size fits all, territorialmente cegas, dificilmente serão capazes de gerar efetividade. Ao traçar um retrato da diversidade de tipos de municípios existentes na Amazônia brasileira, e ao mostrar o estado de cumprimento das metas dos ODS nesses municípios, tentamos evidenciar o desafio de transformar esta retórica em real guia para a ação.

O quadro atual de cumprimento das metas e a complexidade das medidas necessárias para acelerar sua consecução poderia levar a um diagnóstico desanimador. Mas há movimentos que precisam ser valorizados: um amplo conjunto de empresas e organizações vêm adotando crescentemente os ODS como uma referência para o planejamento de sua atuação. Na esfera governamental, algumas unidades da federação começam a adotar as metas dos ODS como parâmetro para a estruturação de ferramentas de gestão fundamentais, como os Planos Plurianuais. Resta ver se este arquipélago de iniciativas tomará a forma de uma ampla coalizão, de uma nova narrativa, e de uma agenda convergente, capaz de sinalizar um horizonte de superação da crise atual, ou se continuaremos imersos em um mar de iniciativas desencontradas, ainda que abrigadas sob uma mesma retórica.

O avanço da agricultura e da pecuária



1985



2018

O amarelo representa pastagens, e o rosa, o uso para agricultura.
A área destinada a pasto, de 1985 a 2018, aumentou **235,8%**.

Estima-se que **80%** das áreas desmatadas na Amazônia sejam usadas para pecuária, de acordo com o MapBiomas.

Além da agricultura e pecuária: o extrativismo

do total do território da Amazônia Legal:

45,2%

áreas protegidas, sejam **Unidades de Conservação**, terras indígenas ou áreas de proteção estaduais ou municipais

74 Reservas Extrativistas (Resex)

23 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

principais produtos extrativistas (em toneladas):

318.328 babaçu

267.160 açaí

33.265 palmito

267.160 castanha do Pará

12.363 lenha

Agricultura Familiar como fator de dinamização econômica dos municípios da Amazônia Legal: enfoque palma

Por Tulio Dias Brito,
diretor de sustentabilidade no conglomerado Alfa

A Agricultura Familiar é, ou deveria ser, importante componente da economia dos municípios da Amazônia, em especial os mais afastados das grandes cidades ou pólos industriais. Por sua própria natureza, ela é geradora primária de riquezas e, conforme Silva (2015), sua própria reprodução social gera uma série de oportunidades para a dinamização da economia local. O potencial de dinamização econômica decorre de duas dimensões principais. Primeiro, geração primária de riqueza, por meio da produção de gêneros agrícolas com valor próprio e que possibilitam o surgimento de cadeias, transformam e agregam valor a esses produtos em cada um de seus elos, empregando pessoas e demandando serviços.

Por outro lado, a renda primária gerada que é distribuída em milhares de famílias, que são agentes de consumo de bens e serviços. Nesse sentido, viabiliza a criação de mercados locais dinâmicos, que tendem a se estruturar para satisfazer a demanda dos agricultores familiares, gerando novas oportunidades de negócio, trabalho e renda. É importante destacar que na maioria dos municípios da Amazônia a zona rural abriga parte significativa da população.

Neste artigo vamos explorar o potencial da Agricultura Familiar como fator de dinamização econômica dos municípios da Amazônia, enfocando o caso prático da Agricultura Familiar de palma (dendê). Não há qualquer pretensão de dizer que a palma é uma escolha melhor do que qualquer outra possibilidade de cultivo. Pelo contrário, o valor do caso está mais no "o que" foi feito e no "como" foi feito e não na espécie cultivada em si. Também citaremos brevemente outros exemplos nos quais a Agricultura Familiar é considerada indutora do desenvolvimento econômico local. Para nós, a Agricultura Familiar será mais rica (social, ambiental e economicamente) e mais importante quanto mais diversificação promover.

Histórico e contexto das comunidades Arauaí e Soledade

No início dos anos 2000, a empresa Agropalma foi convidada pelo governo do Estado para participar de um projeto piloto de fomento à produção familiar de palma de óleo (dendê). A Agropalma aceitou o convite e, juntamente com Associações de Produtores, BASA, SAGRI, SEMAS, ITERPA, EMATER e Prefeitura de Moju, participou da elaboração do projeto em 2001. A primeira etapa foi implantada no início de 2002, contemplando 50 famílias da comunidade Arauaí, com aproximadamente 10ha de palma cada. As etapas seguintes foram executadas em 2004 e 2005, integrando mais 50 famílias cada, das comunidades Soledade e Arauaí, também com 10ha de palma em cada lote.

Em 2000, Moju, município localizado no nordeste paraense, a cerca de 150km ao sul da capital Belém, possuía um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,399, enquanto no Estado do Pará o Índice era de 0,518, e o no Brasil, 0,612. Naquele ano, a população do município totalizava 52.941 habitantes (7,65 hab/Km2), sendo 35.315 (ou 67%) residentes na zona rural. A população de Moju era jovem, com 44% dos habitantes com menos de 15 anos e 73% deles com até 29 anos. A mortalidade infantil era de 34,7 por mil, também acima dos índices do Estado (33,1) e do Brasil (30,6) (PNUD, IPEA & FJP, 2015).

Quanto à educação, 11% dos jovens entre 15 e 17 anos possuíam ensino fundamental completo naquele ano. Já entre os jovens de 18 a 20 anos, somente 2,7% deles haviam concluído o ensino médio. A renda per capita mensal era de R$ 177,58, sendo que 62% da população tinha renda domiciliar per capita abaixo de R$ 140 por mês, em valores atualizados para o ano de 2010 (PNUD, IPEA & FJP, 2015).

As comunidades envolvidas no projeto de palma, Arauaí e Soledade, são comunidades ribeirinhas típicas desta região do Pará. A comunidade Arauaí, localizada ao longo do Igarapé que leva seu nome, está a 101 Km da cidade de Moju, e 31 Km da rodovia asfaltada mais próxima (PA 150), enquanto a Vila Soledade está um pouco mais isolada, localizada nas margens do Rio Moju, a 130 Km da sede do município e a 37 Km da rodovia PA 150.

Essas comunidades não tinham situação socioeconômica melhor do que a média do município, pelo contrário. De acordo com Homma, et Al (2014), antes de participarem do projeto da palma, menos de 55% das famílias possuíam fogão a gás. Somente 19,4% possuíam aparelho de TV, aproximadamente 10% possuíam geladeira, apenas 13,2% possuíam moto e nenhuma possuía trator. Embora não se tenha feito nenhum estudo científico da renda das famílias antes delas ingressarem no projeto da palma, há diversos relatos de produtores informando que a renda familiar mensal em dinheiro era muito baixa, na casa dos R$ 60, "com a venda de farinha, frutas e carvão, o que, adicionalmente, degradava a floresta", conforme Fischer, Bose e Borba (2007).

De acordo com Oliveira Neto (2017), as dificuldades econômicas antes do projeto de palma eram enormes, sendo a característica comum das comunidades Arauaí e Soledade a falta quase absoluta de recursos financeiros. Os moradores não conseguiam acessar mercadorias e serviços fundamentais para o desenvolvimento de suas vidas. Essas informações são coerentes com relatos recebidos pessoalmente pelo autor deste artigo, diretamente das famílias participantes. Antes do projeto, as estradas ligando essas comunidades às cidades da região eram muito precárias, praticamente inviabilizando o acesso por terra. O transporte era feito pelo Igarapé Arauaí e pelo Rio Moju. Para a realização do comércio, existia um agente, muito característico da Amazônia no período de comércio pelos rios, conhecido como "marreteiro". Ele era o responsável pela entrada e saída das mercadorias das comunidades, trocando bens de consumo pelos gêneros

produzidos nas comunidades, se apropriando da maior fatia da renda do processo. Essa ainda é a realidade de várias comunidades isoladas da Amazônia, que estão desconectadas dos mercados e canais de comercialização mais favoráveis a seus interesses, dependendo de intermediários mais ou menos confiáveis que acabam se apropriando de uma parcela significativa do valor da produção.

Pobreza: o inimigo a ser enfrentado

As comunidades Arauaí e Soledade estavam isoladas em termos de acesso a mercados para seus produtos e viviam em dificuldades econômicas, praticamente sem acesso a dinheiro. Essa condição impunha um baixo nível de qualidade de vida e impossibilitava que as famílias tivessem acesso a itens de consumo básicos como produtos industrializados, eletrodomésticos, transporte autônomo por meio de motos ou carros, melhores oportunidades de educação, etc. Nesse cenário, o Estado do Pará idealizou o projeto piloto de produção familiar de palma de óleo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias envolvidas e também estabelecer um modelo que pudesse ser expandido e replicado, caso fosse bem-sucedido.

O projeto de produção familiar de palma em modelo de integração empresa-agricultores foi desenhado, elaborado e implantado por meio do esforço compartilhado das partes envolvidas, tendo sido negociado e estabelecido, de comum acordo entre os participantes, um contrato de parceria que contempla um mecanismo de precificação. Nesse documento, ficou definido que o preço de uma tonelada de cacho de fruto fresco de palma (CFF) é de, no mínimo, 10% do valor de uma tonelada de óleo de palma bruto no mercado internacional (Bolsa de Roterdã, CIF). Assim, foi assegurada transparência e segurança na formulação dos preços para as partes envolvidas e demais interessados.

Em 2002 foi estabelecida a primeira etapa de plantio de palma, num bloco contínuo de terras, dividido em 50 lotes de aproximadamente 10ha, com 2ha extras em cada lote destinados ao plantio de outras espécies do interesse de cada família. Ainda sob a liderança do Estado do Pará, outras duas etapas foram executadas, em 2004 e 2005, usando o mesmo modelo, contemplando 50 famílias, com 10ha cada. Todos os plantios foram realizados próximos uns dos outros de modo que os produtores pudessem otimizar o transporte, dividindo os custos. Associadamente ao projeto piloto liderado pelo Estado (2002, 2004 e 2005) foi implantada infraestrutura na região (estradas, rede elétrica e escola). Essa infraestrutura foi fundamental para o sucesso da iniciativa, diminuição do isolamento das comunidades e melhoria da qualidade de vida.

O sucesso dos primeiros plantios estimulou a empresa a continuar o engajamento com agricultores familiares da região. Em 2006 estabeleceu parceria com 35 famílias, por intermédio do Incra, no Assentamento Calmaria II. Em 2013, 2019 e 2020 outros 10 agricultores se juntaram à iniciativa totalizando 195 famílias produtoras de palma parceiras da Agropalma, que possuem 204 plantios de palma (algumas famílias possuem mais de um plantio) e somando uma área total 2.002ha de dendê plantados. Registra-se que as dívidas com o BASA foram pagas, não havendo inadimplência entre os participantes da iniciativa.

O impacto da produção familiar de palma

O envolvimento das famílias na produção de palma aumentou renda e consumo, com a consequente melhoria da qualidade de vida, conforme relatado por Homma et al. (2014). Em 2019, a renda média bruta obtida com a venda de CFF pelo Agricultores Familiares parceiros da Agropalma, que estabeleceram suas plantações em 2002, foi de R$ 72.867,00. Ainda neste ano, os Agricultores Familiares produziram em conjunto 40.929 toneladas de cachos dendê, num valor aproximado de R$ 12 milhões. Uma evolução comparada com a realidade anterior, e considerando que a renda em dinheiro era praticamente inexistente. O acesso ao rendimento em dinheiro e ao sistema bancário permitiu que as famílias adquirissem bens como fogão a gás, televisão, antena parabólica, telefone celular, geladeira, máquina de lavar, moto, aparelho de DVD, tratores e maquinários agrícolas.

É importante destacar o papel das motocicletas juntamente com o estabelecimento e manutenção de estradas como essenciais ao transporte e locomoção, possibilitando diminuição do isolamento, mais possibilidade de comércio e acesso a serviços em outras vilas maiores e cidades próximas. Enfim, mais liberdade. O acesso ao maquinário agrícola propiciou mais eficiência na realização dos trabalhos de colheita e manutenção das plantações, aumentando o tempo dos agricultores em outras atividades. O maior consumo e a circulação

de dinheiro contribuíram para a dinamização da economia local nas comunidades Arauaí e Soledade, que cresceram entre 2004 e 2013 (Oliveira Neto, 2017). Nesse período, houve ampliação do número de residências, infraestruturas, diversificação dos serviços e do comércio. A vila Soledade se tornou um centro de serviços com mercado, posto da Polícia Militar, escola, Unidade Básica de Saúde e comércio, entre outros.

De acordo com Oliveira Neto (2017), os participantes estão completamente satisfeitos com o projeto de integração. O principal motivo é que antes da chegada da dendecultura, havia uma situação permanente de pobreza crônica. A agricultura era realizada sem qualquer apoio estatal (ou privado) e a comercialização da produção dependia do marreteiro, no tempo e nas condições dele. Os produtores e produtoras familiares também relatam a melhoria nas oportunidades de educação. Além das escolas implantadas pelo Estado nas comunidades, a renda oriunda da atividade da palma permitiu que diversos jovens das comunidades fossem estudar em outros locais para concluir o ensino médio ou cursar ensino superior.

O projeto também teve efeito de atenuar o êxodo rural da região. Diversos jovens adultos encontraram na plantação de palma em sistema de parceria uma atividade viável, competitiva com as oportunidades oferecidas nas cidades e declaram que pretendem continuar nas comunidades, em muitos casos assumindo as plantações de dendê estabelecidas por seus pais e demais atividades agrícolas existentes em seus sítios.

Conforme constataram Peabiru (2016) e Oliveira Neto (2017), ao atingir a maturidade, os 10ha de palma permitem aos agricultores e agricultoras uma renda relativamente elevada e disponibilidade de tempo para trabalhar em roçados, pescar e se reproduzir socialmente como sujeito do campo.

Analisando o histórico e o desenvolvimento dessa iniciativa ao longo de quase 20 anos, identificamos 13 fatores chave para seu sucesso: Engajamento e articulação; Planejamento; Técnicas apropriadas; Assistência Técnica; Canal de Comercialização; Canal Logístico; Capacidade de realizar investimentos; Coordenação entre os elos da cadeia produtiva; Mecanismo de precificação; Diversificação de produtos; Mecanismo de poupança; Infraestrutura e serviços básicos (eletricidade, educação, estrada, saúde, etc.); e Tempo/Continuidade.

Considerações finais

Agricultura Familiar pode ser um importante agente de dinamização das economias dos municípios da Amazônia, considerando, inclusive, que parte significativa da população desses municípios vive na zona rural. A Agricultura Familiar é geradora de riquezas primárias que são transformadas ao longo das cadeias produtivas gerando mais riquezas, como por exemplo as cadeias da sociobiodiversidade que abastecem as indústrias de cosméticos de alto valor agregado (Scanavino, 2019). Ao mesmo tempo, quando um município da Amazônia possui centenas ou (por não pensar alto) milhares de produtores familiares ativos e engajados em cadeias produtivas, esses agricultores constituem um mercado consumidor consolidado e estável, que demanda produtos e serviços, muitas vezes atendido por fornecedores do próprio municípios, fazendo a economia local dinamizar.

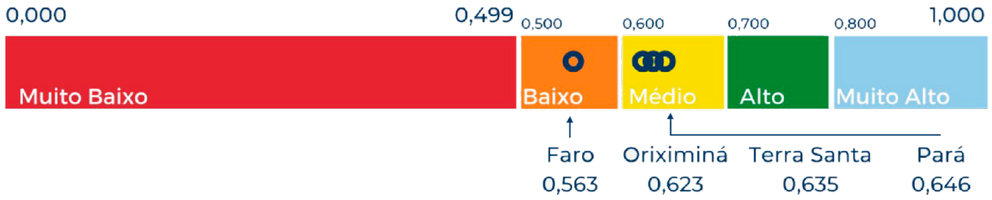
O fortalecimento e engajamento dos agricultores familiares em cadeias também produtivas contribui para a redução das desigualdades sociais e diminuição, ou até reversão, do êxodo rural, ao mesmo tempo em que aumenta as capacidades de resistência e resiliência econômica dos municípios em períodos de crise. Estamos observando isso justamente agora, com a pandemia do coronavírus. Enquanto as cidades estão sofrendo consideravelmente, os agricultores familiares continuam vivendo em seus sítios e comunidades, produzindo e abastecendo os centros urbanos com alimentos, gerando receita e consumo para suas próprias famílias e mantendo as cadeias de produção. Para promover o fortalecimento da Agricultura Familiar é necessário que o Estado nos níveis federal, estadual e municipal crie um ambiente favorável a essa atividade. Políticas de financiamento, regularização ambiental e tributação inteligentes, que estimulem o processamento e a agregação de valor na localidade por meio do cooperativismo ou associativismo são muito importantes. Igualmente importante é o desenvolvimento de técnicas agronômicas, variedades e sistemas produtivos adequados às realidades das diversas regiões da Amazônia, bem como um sistema robusto de Assistência Técnica e Extensão Rural, que consiga acompanhar, orientar e apoiar a evolução dos Agricultores Familiares.

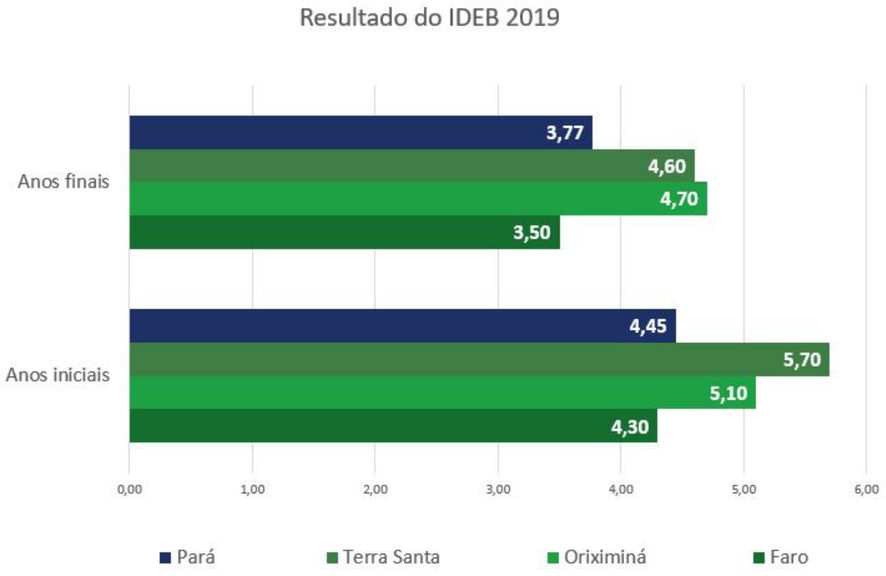
Com inteligência e criatividade, a Agricultura Familiar poderia contribuir para atenuar os prejuízos econômicos do coronavírus, na fase pós pandemia, gerando resultados no curto prazo. Por exemplo, os municípios interessados poderiam fazer um levantamento rápido sobre os seus produtores familiares, quantos são, o que já produzem, área cultivada, para quem vendem e qual o mercado consumidor existente no próprio município e na região. A partir dessa informação, as prefeituras poderiam articular/facilitar a comunicação entre produtores e compradores, de modo a otimizar as transações e estimular a expansão do comércio e nesses mercados locais/regionais. Cultivos perenes já estabelecidos, bem como os cultivos de ciclo curto, como grãos, legumes e hortaliças, poderiam abastecer parte da demanda municipal por itens como frutas, mandioca, milho, feijão, castanhas, farina, legumes, açaí, etc. (dependendo de cada município). Uma ação assim poderia gerar receita em poucos meses e ser incentivo para iniciativas estruturadas de longo prazo.

A referência bibliográfica do artigo está na seção Referências Bibliográficas desta publicação, a partir da página 34.

Indicadores dos municípios do PTS

Índice de Desenvolvimento Humano [Municipal] (2010):

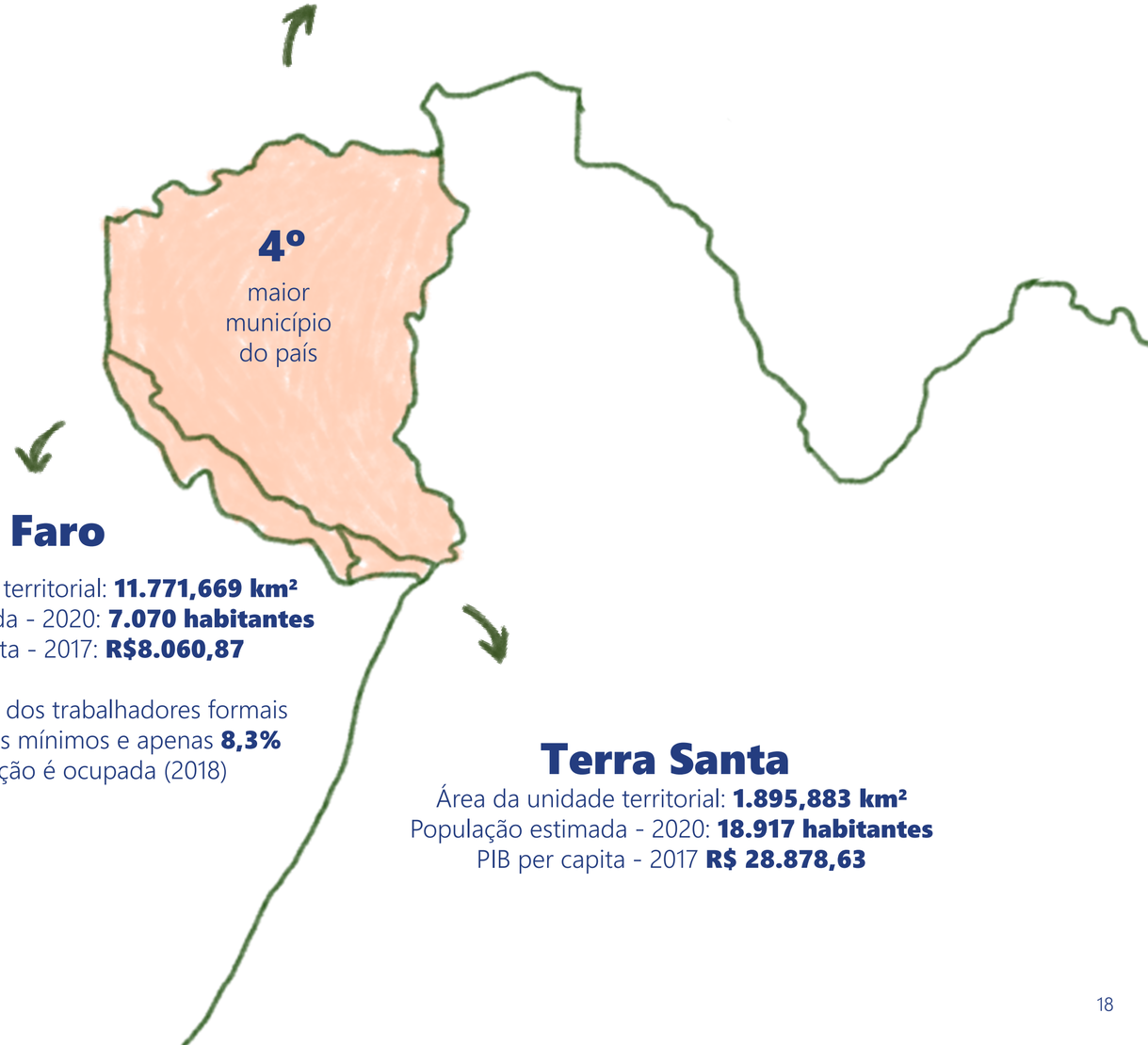




Fonte: Inep

Oriximiná

Área da unidade territorial: **107.613,838 km²**
População estimada - 2020: **74.016 habitantes**
PIB per capita - 2017: **R$ 23.921,23**
Em 2018, o percentual da população ocupada era de **10,5%**, com salário médio mensal de **3,5** salários mínimos



Faro

Área da unidade territorial: **11.771,669 km²**
População estimada - 2020: **7.070 habitantes**
PIB per capita - 2017: **R$8.060,87**

O salário médio dos trabalhadores formais é de **1,5** salários mínimos e apenas **8,3%** da população é ocupada (2018)

Terra Santa

Área da unidade territorial: **1.895,883 km²**
População estimada - 2020: **18.917 habitantes**
PIB per capita - 2017 **R$ 28.878,63**

Programa Territórios Sustentáveis: Alternativa de Impacto Coletivo para o Desenvolvimento Territorial na Amazônia

Por Mariana Calencio e Giovanna Cardoso, respectivamente, coord. de relações institucionais e coord. de projetos da Agenda Pública; e Heloisa Kavinski, socióloga e mestre em sustentabilidade e desenvolvimento local.

O Programa Territórios Sustentáveis (PTS) tem como objetivo promover e garantir condições justas de desenvolvimento econômico e oportunidades para as pessoas dos municípios de Terra Santa, Faro e Oriximiná, na região amazônica oeste do estado do Pará. A construção de políticas públicas que promovam arranjos institucionais e modelos de desenvolvimento econômico capazes de aliar a conservação da floresta ao desenvolvimento local é um desafio. Para isso, foi necessário ir além da abordagem unicamente técnica, com padrões pré-determinados e medidas isoladas, ou fragmentadas, para outra: sistêmica, com foco intersetorial e coletivo, em direção a resultados comuns.

Iniciativas que fomentam o desenvolvimento econômico sustentável na região, apoiadas pelos Programa Território Sustentáveis (PTS), promovem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos amazonidas a longo prazo. Como exemplo, destaca-se a participação do PTS na qualificação da produção de castanha do Pará na comunidade de Urubutinga e no aprimoramento do atendimento pública de saúde no município de Terra Santa, alcançando 100% dos usuários satisfeitos com o atendimento primário. Além disso, atualmente, as organizações envolvidas trabalham, em parceria com comunidades e governos locais, para a mitigação dos impactos ocasionados pela pandemia do coronavírus na região.

Veja como o serviço público de saúde do município de Terra Santa (PA) foi aprimorado por meio do Programa Territórios Sustentáveis.

Contexto

Os rumos do desenvolvimento econômico e do Investimento Social Privado são interdependentes, e quanto mais vultuosos os sistemas produtivos, maior a complexidade das inter-relações necessárias para operá-los. Se adicionarmos a esse sistema a variável geográfica de localizar-se no bioma Amazônia, ampliamos sua complexidade exponencialmente. O Programa Territórios Sustentáveis, baseado e estruturado no impacto coletivo e olhar sistêmico para a região, desenvolve atividades em cinco eixos: Gestão Pública, Capital Social, Quilombola, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. E, desde 2015, atua no território para maximizar seus potenciais, construir alternativas econômicas, aumentar a qualidade de vidas das pessoas preservando as culturas tradicionais, aliado a conservação ambiental.

Programas alicerçados nas bandeiras do desenvolvimento econômico e da justiça social não são inéditos, nem escassos na Amazônia. Em 1946, durante a Assembléia Constituinte, lideranças políticas dos estados do Pará e do Amazonas conseguiram a aprovação do artigo 199 que destinava 3% da Renda Tributária Nacional para o desenvolvimento da região (Ferreira, 2016). A primeira experiência brasileira de desenvolvimento regional, a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia em 1953 é outro exemplo do esforço nacional pautado pelo desenvolvimento econômico de caráter ocupacional (Ferreira, 2016). Nas décadas de 1980 e 1990, mantiveram-se as políticas nacionais de incentivo a projetos de pecuária, mineração e infraestrutura. A partir de 1992, tendo a conferência Eco-92 como culminância da crescente preocupação com a agenda ambiental global, o Investimento Social Privado e as políticas públicas voltadas a região amazônica inserem em suas pautas o valor da biodiversidade.

Na Amazônia, megaprojetos de energia e mineração continuam sendo propulsores da economia e alavancam processos intensos de urbanização, transformando paisagens e modos de vida. O processo de transformação, entretanto, não ocorre de forma harmônica e não são acompanhadas pela evolução dos indicadores socioeconômicos, que na região, estão entre os mais baixos do país.

Os modelos econômicos e de ocupação territorial e as formas de apropriação dos recursos naturais aplicados na Amazônia continuam reproduzindo o modelo de concentração da riqueza e uma lógica de rápida degradação dos recursos naturais. Atualmente, um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável, que promova a qualidade de vida e assegure a preservação do patrimônio natural, tem sido a busca de organizações públicas, privadas e do terceiro setor na Amazônia. O direcionamento aponta para a necessidade de estabelecer "compromissos de longo prazo por um grupo importante de atores de diferentes setores em torno de uma agenda comum para resolver um problema social específico" (Kania e Kramer, 2011).

Neste contexto, três organizações sociais – Agenda Pública, Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) – em cooperação com a Mineração Rio do Norte (MRN), se uniram para pensar estratégias que pudessem colaborar com o desenvolvimento local de forma sustentável, incluindo as populações residentes e o poder público no planejamento. Posteriormente, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) também foi agregada à iniciativa como parceira. Assim, o Programa Territórios Sustentáveis nasce em 2015, no Oeste do Pará, como uma iniciativa coletiva desenhada para 15 anos.

O território de atuação do programa é peculiar, pois concentra uma das maiores extensões tropicais protegidas do mundo, uma diversidade populacional que inclui ribeirinhos, quilombolas e indígenas inseridos em um contexto econômico que inclui o extrativismo, a agricultura, pecuária e mineração. Especificamente, a presença de um grande empreendimento minerário contribui para a complexidade do território.

Se por um lado há aumento da arrecadação dos municípios, de geração de empregos e renda, coexistem os impactos ambientais, a dependência econômica e a alteração das relações sociais estabelecidas anteriormente.

Apesar da alta arrecadação vinda tanto pela Compensação Financeira da Exploração de Recursos Minerais (CFEM), quanto dos impostos como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Verde e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que elevam o Produto Interno Bruto (PIB), os índices de desigualdade social são altos. Os municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro, envolvidos nas ações do programa, enfrentam situações de desigualdade econômica complexas. A escala do desafio e a necessidade de medidas estruturantes e coordenadas para transformar esta realidade dão ao fortalecimento das políticas públicas papel estratégico na iniciativa.

O programa conta com a participação de gestores públicos municipais; conselheiros municipais; associações e espaços de participação popular; populações quilombolas e agentes econômicos (pequenos empreendedores, pequenas, médias e grandes empresas presentes no município). Os integrantes do PTS, assim, trabalham junto a comunidades, governos locais e instituições privadas na promoção do desenvolvimento econômico sustentável na região. Como exemplo de iniciativa que promove ganhos a longo prazo, destaca-se a participação do PTS na qualificação da produção de castanha do Pará em Terra Santa, mais especificamente na comunidade de Urubutinga. As entidades do programa trabalharam juntamente à cooperativa de produtores locais de castanha do pará e à Secretaria de Meio Ambiente (Semma) de Terra Santa para promover melhorias no processo de produção de castanha na região. Os impactos socioeconômicos das iniciativas desenvolvidas (reestruturação organizacional da cooperativa, treinamentos em associativismo e elaboração de projetos, estudo de viabilidade econômica, construção de plano de aplicação do recurso de concessão florestal, dentre outras) têm efeitos a longo prazo no desenvolvimento socioeconômico dos produtores locais e suas famílias. Em 2019, o PTS aumentou em cerca de 80 mil reais a renda das famílias produtoras de castanhas. As iniciativas alinham-se a diferentes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), quais sejam: 08 - Trabalho decente e crescimento econômico; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 17 - Parcerias e meios de implementação".

Por fim, atualmente, o Programa trabalha em projetos focados na mitigação dos impactos regionais causados pela pandemia do coronavírus. Dentre as iniciativas promovidas, destacam-se campanhas de comunicação sobre o vírus, que auxiliam na preservação de vidas e dos sistemas de saúde locais; a distribuição de kits de higiene e cestas básicas, que previnem a vulnerabilidade higiênica e alimentar extrema das famílias mais pobres enquanto perdurarem os efeitos da calamidade pública; bem como ações focadas na melhoria de serviços de saúde pública e vigilância sanitária local, que otimizam a atuação governamental durante e após o período.

Possibilidades por meio do Impacto Coletivo

A construção de modelos de desenvolvimento econômico que aliem a conservação da floresta ao desenvolvimento local é um desafio. É necessário transcender da abordagem técnica, com padrões pré-determinados e medidas isoladas, ou fragmentadas, para outra sistêmica e intersetorial para resultados comuns. É preciso migrar da postura de provedor para trabalhar junto com as pessoas que serão beneficiadas. Para Kania e Kramer (2011), a lógica do Impacto Coletivo pressupõe que os atores do território devam trabalhar por um mesmo objetivo. Um impacto em larga escala se consolida no alinhamento entre as organizações e a partir de um aprendizado coletivo. Investidores e executores entendem que o problema social, e suas soluções, surgem da interação de organizações em um sistema maior, e devem coordenar ações e compartilhar lições aprendidas.

Para Rodrigues (2017), até hoje as organizações sociais têm atuado por meio de intervenções isoladas e competem entre si por financiamento. Na Amazônia, essa dinâmica é claramente visível. Não raro, encontram-se sobreposições de ações de duas ou mais organizações em um mesmo território, causando frequentemente dúvidas nos parceiros locais sobre "quem é quem" e "a quem se recorre" no âmbito dos projetos. Para além das sobreposições que afetam comunidades e financiamentos, estão os desafios enfrentados pelas populações locais, que são por natureza repletos de interdependências. As soluções também dependem de uma rede para serem potencializadas. Somente quando multiatores passarem a atuar de forma coordenada, mudanças duradouras poderão ser escalonadas.

Mas a implementação de estratégias coletivas não é trivial. Algumas condições são básicas para criar um ambiente propício: i) é necessário que haja uma agenda comum, construída desde o início por multiatores que representam a diversidade do território; ii) indicadores que mensurem os resultados devem ser acordados e monitorados; iii) deve haver uma organização coordenadora; iv) deve haver um investimento em recursos financeiros, infraestrutura e tempo; v) o conhecimento deve ser gerido, alinhado e compartilhado. E a avaliação de impacto deve ser conduzida de modo abrangente com foco nos resultados de longo prazo. (Kania e Kramer, 2011). Veremos a seguir como o PTS aconteceu nos cinco primeiros anos.

Impacto Coletivo e a necessidade de uma agenda comum

Os primeiros oito meses do Programa Territórios Sustentáveis foram decisivos para sua história. Dividida inicialmente em quatro eixos[6], a equipe do programa foi aos municípios para uma ampla coleta de dados, que geraria uma série de diagnósticos sobre a região. Esse movimento fez sentido muito mais pelos vínculos que proporcionou serem estabelecidos, do que pelos dados primários coletados. Nessa etapa, foram a campo equipes compostas por profissionais bem preparados, experientes na Amazônia, conhecedores da região e comprometidos com a busca pela qualidade de vida das comunidades locais. A equipe formou oa primeiro arranjo de a governança compartilhada rede do PTS no território, um diferencial para o engajamento coletivo.

Após sistematizados, os diagnósticos foram apresentados aos atores locais, em reuniões técnicas que tinham por finalidade possibilitar que os dados fossem interpretados com base em diversos olhares, em busca de desafios e oportunidades comuns. Nascia a primeira versão de um Plano de Trabalho para o programa, que posteriormente foi lapidado e apresentado ao parceiro financiador, e trazia ações previstas para cinco anos. A partir desse planejamento, o PTS iniciou suas atividades, que contemplavam uma avaliação anual de resultados. Em processos coletivos é comum que mesmo os objetivos pactuados precisem ser revistos, antes do prazo acordado. Em Oriximiná, Terra Santa e Faro, o Plano de Trabalho do PTS foi desenhado às vésperas de uma eleição municipal. Quando em 2017 os novos gestores tomaram posse, pautas urgentes não pactuadas passaram a ser demandas para o programa. Eram elas: Revisão dos Planos Diretores Municipais e elaboração de Planos de Saneamento para os municípios.

A flexibilidades das organizações executoras e dos contratos com o financiador permitiram que as demandas fossem absorvidas pelas equipes, que passaram a apoiar os atores locais especialmente na revisão dos Planos Diretores. Essa possibilidade de flexibilização consolidou as bases para que as relações no território se solidificassem. A experiência na revisão dos Planos Diretores municipais permitiu ao programa ser partícipe de um planejamento local estruturado por inúmeros atores. Mas para tornar a mudança de planejamento uma possibilidade, executores e financiador tiveram que ser resilientes. De um lado, o contratante assumiu os riscos de mudanças no escopo da proposta. De outro, as organizações contratadas se dispuseram a incorporar tarefas não previstas, sem remuneração extracontratual.

6. Eixos do Programa Territórios Sustentáveis: Gestão Pública, Gestão Ambiental, Capital Social e Desenvolvimento Econômico. Em um segundo momento, houve inclusão do Eixo Quilombola.

Limites locais, possibilidades e aspirações dos envolvidos

Com o passar dos anos e a presença constante das equipes no território, o PTS passou a ser considerado como importante apoio para as comunidades e gestores públicos locais. Assim, uma série de demandas foram (e são) dirigidas às equipes de projetoaos técnicos de forma espontânea. Esse é certamente um dos maiores desafios dos programas territoriais: chegar ao equilíbrio entre planejamento e flexibilidade, sabendo que modelos rígidos não funcionam bem. Para encontrar um meio termo, os planos seguem a proposta inicial, desenhada para cinco anos, firmando com o financiador contratos anuais, que apresentam um planejamento detalhado de ações e custos, que são validados pelos atores locais.

Situações catalisadoras de eficiência (trabalhando coletivamente)

Mesmo com as diversas estratégias de planejamento comum adotadas, nem todo plano, quando se transforma em ação, tem a adesão esperada. Algumas propostas "colam" e outras veem a participação esvaziada, por mais esforços que sejam empregados. Essa constatação não é exclusiva do programa. Caracteriza-se por um desafio que instiga pesquisa e construção teórica. Diferente, foi a abordagem testada no território. A flexibilidade contribuiu para que as equipes observassem oportunidades potenciais para criar "situações catalisadoras para eficácial e eficiênciade eficiência". O exemplo mais emblemático foi o apoio para o uso dos recursos da concessão florestal, demanda não prevista, apresentada por gestores municipais e Conselhos de Meio Ambiente, que estavam com extrema dificuldade de compreender os trâmites de captação e uso dos recursos disponíveis para os três municípios. Com suporte do programa, mais de R$ 3 milhões foram captados e utilizados para a melhoria da estrutura e incremento do poder de fiscalização das Secretarias de Meio Ambiente e apoio direto a comunidades.

Na temática da concessão florestal, foram empregados esforços coletivos por dois anos, reunindo poder público (órgão do governo municipal, estadual e federal), conselheiros e comunidades, buscando informar, capacitar e dar condições para uma gestão local dos recursos. Um dos desdobramentos tem reflexo direto na melhora da situação econômica de 26 famílias no município de Terra Santa. Na comunidade de Urubutinga a castanha-do-pará é a fonte de renda e os extrativistas da região passaram a contar com uma usina de beneficiamento, antes desativada, funcionando, garantindo um aumento substancial de renda. Essa transformação só foi possível pela atuação conjunta da Agenda Pública, Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), executores do Programa Territórios Sustentáveis (PTS), mais o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), e a Secretaria de Meio Ambiente de Terra Santa (SEMMA). Com apoio do PTS, a prefeitura de Terra Santa recebeu, pela concessão florestal na Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, cerca de R$ 430 mil reais. Cerca de R$ 81 mil foram aplicados na formação dos cooperados do Urubutinga e na adequação da usina e das estruturas da comunidade. Cerca de R$ 350 mil foram investidos na construção da nova sede para a secretaria e na compra de um veículo para apoiar as ações de fiscalização ambiental.

Todos esses resultados demonstraram o quanto o trabalho conjunto entre diferentes atores em torno de uma agenda comum é capaz de gerar impacto positivo nas comunidades. Mesmo assim, migrar de um modelo de investimento social com base em esforços individuais para um modelo que preconiza esforços e resultados coletivos, não é fácil. Inicialmente, o PTS tentou se organizar em um modelo de governança horizontal, com decisões coletivas e coordenação flutuante entre as organizações. Mas essa estrutura não se mostrou efetiva. Executores e financiadores passaram a testar modelos de governança com maior nível de hierarquia e a incorporação de uma secretaria executiva coordenando os pares. A gestão é um dos maiores desafios do programa e que, ainda hoje, experimentamos modelos na busca de um ideal. Quando há intenção de consolidar programas territoriais de impacto coletivo, é necessário prever investimento em recursos financeiros, infraestrutura e tempo similar ao aplicado na execução das atividades.

Considerações finais

Há cinco anos, quando o Programa Território Sustentáveis chegou ao território, havia uma desconexão visível entre demandas locais e ações de investimento social, além do diálogo pouco fluido entre as organizações. O desafio territorial estava fragmentado e as soluções, igualmente, não eram suficientes para trazer mudanças e impactos positivos.

Desde o início, o PTS trouxe como ativo a necessidade de uma "gestão integrada na Amazônia". Por mais desafiadora que fosse a ideia de trabalhar coletivamente, foi o princípio norteador do programa. Passo a passo esse valor norteou planejamentos, ações, atividades, reuniões, encontros e a comunicação com os envolvidos. As organizações passaram a compartilhar o andamento de atividades, suas prioridades e possibilidade de apoio e atuação conjunta, refletindo em um painel de monitoramento de indicadores conjuntos do programa, baseados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Organicamente, a transformação do individual (das organizações, populações e governos) para o coletivo foi acontecendo. Nos tornamos um território consciente, capaz de ceder às necessidades individuais e compreender que há uma necessidade maior, coletiva.

Entrevista

Denis Benchimol Minev
Diretor-presidente da Bemol e co-fundador e conselheiro da Fundação Amazonas Sustentável. Foi Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas. Graduado em economia pela Stanford University, mestre em Estudos Latino-Americanos pela mesmo universidade e com MBA pela Wharton School

Pensando no dinamismo econômico na Amazônia do ponto de vista do ambiente de negócios, como fortalecer parcerias inovadoras entre os mais diversos setores?

Temos muitas Amazônias diferentes. Desmatada, não desmatada, com ecossistemas montanhosos no norte e no oeste, ecossistemas de mangue e alagados no leste e no centro. A distância do Amapá ao Acre é semelhante a de São Paulo ao Chile. Você não discutiria os dois na mesma discussão. Então, fica difícil o diálogo e a definição de políticas. Temos que pensar no aspecto territorial, mas também entender a Amazônia do ponto de vista social, ambiental, econômico e político. A região é mais complexa do que parece. Para muitos atores de fora que eu converso, a Amazônia parece uma floresta, com muitas árvores e algumas pessoas espalhadas. Mas essa abordagem é simplista. Muita gente sugere mais áreas de conservação. O outro lado é que existem entre 25 e 30 milhões de pessoas morando na Amazônia que precisam e merecem, assim como qualquer outro brasileiro, encontrar formas produtivas de dedicar sua vida e alcançar um grau de prosperidade. Então, se a gente não encontrar uma forma produtiva de utilizar a Amazônia, independentemente de ter áreas de conservação ou não, vai ser necessário ter áreas que não são de conservação para que sejam utilizadas - não quer dizer que precisam ser desmatadas. Mas hoje não encontramos ou não permitimos boas formas para essas populações prosperarem.

E qual a maior dificuldade para essa prosperidade?

Se tem um problema que é maior do que todos é o grau de informalidade da economia local. Tem muitas cidades onde não tem nada formal. Você tem comércios? Tem, mas eles não têm CNPJ. As pessoas talvez tenham CPF, mas não têm renda legal. Elas não têm conta bancária. Elas não vão ter propriedade da terra. É um tema polêmico. Em geral, ninguém tem título, nem da sua casa urbana, que dirá a rural. Todo mundo come peixe, mas ninguém pescou esse peixe legalmente. Todo mundo planta mandioca, mas ninguém plantou essa mandioca legalmente. Quando você tem uma economia tão informal assim, é muito difícil acumular riqueza e criar os aspectos necessários para uma economia próspera como a gente conhece no mundo, com aspectos ligados a crédito e outras frentes.

Então, precisamos levar a Amazônia para a formalidade.

Sim, mas tem atividades que são muito complexas de se formalizar. Por exemplo, toda cidade do interior tem serrarias e nenhuma delas têm licença para operar porque provavelmente consomem madeira de forma ilegal. E em geral é uma das importantes fontes de empregos para a cidade. A tentativa tradicional é mandar a polícia ou o exército fechar essas serrarias. Isso já foi tentado milhares de vezes. Se você não encontra a fórmula para uma economia próspera, isso daqui não vai dar certo.

Muitas empresas não conseguem permanecer ou alcançar resultados na região. O que acredita que leva a isso?

A Amazônia exportava, por exemplo, óleo de pau rosa, que é o principal ingrediente do (perfume) Chanel Nºúmero 5. Hoje praticamente não exporta mais. A Amazônia exportava muitos peixes ornamentais. Éramos um dos grandes exportadores do mundo. Hoje ainda exporta, mas é pouco. O mesmo aconteceu com segmentos da economia que funcionavam antes e deixaram de funcionar nesse período. Minha leitura é que o zelo ambiental fez com que o emaranhado institucional tornasse impossível que essas empresas continuassem funcionando. Os últimos empresários que conseguiram prosperar foram os que não tocam na floresta, tipo serviços e comércio, ou aqueles que tocam na floresta que já foi derrubada. Todos os que eu conheço fecharam e desistiram de seus negócios. Basicamente porque ninguém mais conseguiu licença para continuar operando ou encontrou uma complexidade muito grande. No caso do óleo de pau rosa, o Ibama baixou uma norma que precisava reavaliar o desmatamento desse tipo de árvore. A Chanel continuou produzindo o Chanel Nºúmero 5 colocando um ingrediente sintético. Uma vez que você perde um mercado como esse, nunca volta.

Houve um empobrecimento da região nos últimos anos. Por quê?

2013 a 2020 é um período simbólico importante. Ele inicia com o final dos superciclos das commodities. As prefeituras do interior da Amazônia empobrecem. O Fundo de Participação dos Municípios fica menor. Fundeb também fica menor. As transferências federais como Bolsa Família e aposentadoria rural são severamente restringidas. A principal atividade da Amazônia hoje são as transferências do governo federal para a Amazônia. É uma economia artificial. As prefeituras, empobrecidas, não puderam contratar, aumentou o desemprego, principalmente a partir de 2016 com a crise brasileira, e isso nunca mais voltou. A Amazônia já desmatada se tornou menos próspera, a soja não tinha mais os preços elevados, o estado do Pará, que se beneficiou muito com novos investimentos em minérios, também perdeu muito nesse período. A própria pecuária, o preço do gado caiu muito no mercado internacional e fez com que as pessoas empobrecessem. Os empresários que prosperaram na Amazônia desmatada, passaram a não prosperar mais com tanta intensidade. Todos esses efeitos juntos fizeram com que a Amazônia fosse arremessada numa recessão/depressão em 2016/2017 da qual ela ainda não saiu. Há um grau de insatisfação elevadíssimo na região. Os únicos lugares que conseguem prosperar são aqueles onde houve um alto grau de desmatamento. O argumento de que a floresta tem que valer mais de pé do que derrubada é um ótimo argumento, mas ele não é verdade para a pessoa que vive lá.

Acredita que nos próximos 10 anos, quando chegarmos a 2030, o cenário será mais positivo?

A discussão mais importante é como é que a gente faz para não estar tendo essa mesma conversa em 2030. O Brasil nunca fez a escolha de trazer a prosperidade para a Amazônia. Tem duas frentes que precisam ser trabalhadas com intensidade. Uma é a criação de um MIT da Floresta, Rainforest Business School, pode dar vários nomes, que nos torne hábeis cientificamente e empresarialmente para utilizar a floresta em pé. O Brasil tem essa capacidade. Já criamos instituições como o ITA. Conseguimos através da Embrapa uma economia forte no Centro-Oeste. Também temos instituições

jovens e fortes como Fundação Dom Cabral e Insper que botam o Brasil em algum grau de liderança empresarial. Mas a gente nunca virou esses canhões em direção à Amazônia. O INPA, O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, que é o principal Instituto de pesquisa da região tem um orçamento anual de menos de R$ 50 milhões. Stanford é de US$ 7 bilhões de orçamento anual. A diferença é de 700 vezes. Com uma diferença desse tamanho, você não pode estar falando sério em competir. Então, nós não fizemos essa escolha de conhecer e aprender a utilizar a Amazônia de forma próspera. Precisa tomar a decisão agora para que os frutos venham em cinco ou dez anos. E o Brasil é um país impaciente, que quer ver o desmatamento cair em 2021. Me preocupa mais o desmatamento de 2030. O de 2021 está posto, o de 2030 não está, ele pode ser zero. É no conhecimento científico e na forma empresarial de lidar com a Amazônia que teremos parte da solução. Não precisa ser uma escolha só de governo. A iniciativa privada, as ONGs que investem na Amazônia não o fazem para a construção de uma economia produtiva, para a construção de conhecimento. A Fundação Moore apoia pesquisa de neurociência no mundo. Mas na Amazônia eles só investiam em áreas protegidas. Área protegida é ótimo, mas por que não investem em neurociência aqui? Nós temos a Amazônia, é ótimo ter a floresta, mas é muito melhor termos os cérebros. Nós não temos. E não vejo decisões de desenvolver os cérebros da Amazônia. Enquanto isso não for verdade, enquanto os investimentos não forem nos cérebros e forem na conservação de um pedaço de terra, nós estamos jogando na defesa e ninguém no ataque.

Os modelos de desenvolvimento já experimentados em território amazônico nem sempre têm conexão com a vocação econômica do território. Por que o olhar para o território deve estar presente na estratégia de desenvolvimento sustentável para a Amazônia?

O modelo que não tem conexão com a Amazônia, a Zona Franca, é o único que prosperou. O outro é a pecuária, que em alguns municípios conseguiu algum grau de prosperidade. Eu concordo que a gente deveria ter um modelo Amazônico. Mas na ausência dele, o da Zona Franca é de longe o melhor que nós temos. Se você comparar o volume de desmatamento do estado do Amazonas com o do Pará, por exemplo, é muito menor porque o estado é muito mais rico. Manaus eleva a renda per capita. É próspera o suficiente para abastecer uma secretaria de meio ambiente robusta, com algum volume de recursos. Eu concordo que não é o mundo ideal, mas não está disponível o mundo ideal.

Qual o impacto da burocracia no desenvolvimento da região?

Sou investidor anjo aqui na região e encontrei dois jovens ambientalistas dispostos a investir em planos de manejo florestal sustentável. Os melhores ambientalistas que eu consegui encontrar com conhecimento agroflorestais. Os dois foram à falência. Depois de três anos, nós desistimos porque não conseguimos destrinchar o emaranhado institucional para conseguir o mínimo de agilidade para extrair madeira, vender e tal. O que acontece é que as demoras são tão grandes que o capital de giro acaba antes de você conseguir colocar uma empresa para operar. Tentamos seguir tudo à risca da lei. Não pisamos em cima de nenhuma linha. Se eu consigo afirmar que fiz tudo, posso afirmar que fazer manejo florestal na Amazônia hoje é praticamente impossível.

A logística está entre os grandes desafios para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Em uma região com dimensões tão grandiosas, como levar conexão sem estimular atividades predatórias?

O tema político principal do estado do Amazonas. Não é razoável alguém local ser contra. A BR-319, a ligação de Porto Velho a Manaus. Todo mundo do mundo ambiental é contra. Aqui isso não é visto nem como um tema controverso. Precisa acontecer localmente. Acho que o argumento principal é o seguinte: estradas trazem muitas coisas, coisas boas e coisas ruins. O Brasil já foi capaz de trazer estradas sem trazer desmatamento. A ligação de Manaus e Boa Vista, por exemplo. Mas também fizemos estradas que trouxeram desmatamento, como a Transamazônica e a BR-164. Minha leitura é que elas foram desenhadas como estradas de ocupação e não como estradas de conexão. Estradas de ocupação você vai cedendo os lotes pelo caminho, o que causa desmatamento, o que era o caso lá nos anos 1970. É o mesmo preço mandar um contêiner de Manaus para São Paulo, do que mandar de Xangai para São Paulo. Não é razoável. Então, se não vai ter BR-319, você tem de ter algum jeito de remediar uma situação como essa. Porque senão você fica na situação atual da Zona Franca, que requer muitos incentivos. A logística aqui é infernal. Para reduzir os subsídios, só se tiver uma logística um pouco mais barata e rápida. As pessoas argumentam que a logística por água é mais barata. Isso é verdade em algumas situações. Mas em outras, onde a cadeia produtiva e o tempo é importante, a gente perde em tudo. Do jeito que está não estamos no caminho de construir uma economia produtiva. Acho que logística certamente é um aspecto importante de uma economia produtiva.

Como fomentar a cultura empreendedora na Amazônia?

Na região temos duas grandes capitais, Manaus e Belém, com vocações um pouco mais cosmopolitas, e cidades importantes como Porto Velho, Rio Branco, Macapá e Boa Vista, que podem servir como fontes mais secundárias. Qualquer decisão para qualquer um desses lugares, é melhor que uma não decisão.

Qual o papel de cada um dos entes (público, privado, terceiro setor) para levar dinamismo econômico para a região?

A primeira questão é entender o problema. Tenho a impressão que a maior parte dos entes não entende o problema. As pessoas querem emprego, renda e perspectivas para uma vida melhor no futuro, para uma classe média amazônica. Não é razoável ter o nível de mortalidade infantil, abuso de gênero, expectativa de vida baixo. Acesso a eletricidade é básico, é o que se espera do mundo moderno. Somos pobres sim, de renda. Só não somos famintos por uma questão de riqueza do ambiente. Mas só a fome não é o único atributo da pobreza. Temos de aceitar que as pessoas têm o direito de almejar um grau de prosperidade mais elevado do que só a subsistência bonita que sai na foto do turista. A pobreza na Amazônia é menos chocante do que a pobreza no Nordeste, mas ela é pobreza do mesmo jeito. E ela precisa ser vencida da mesma forma.

O caminho para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da Amazônia e de outras regiões pode passar pela mineração industrial

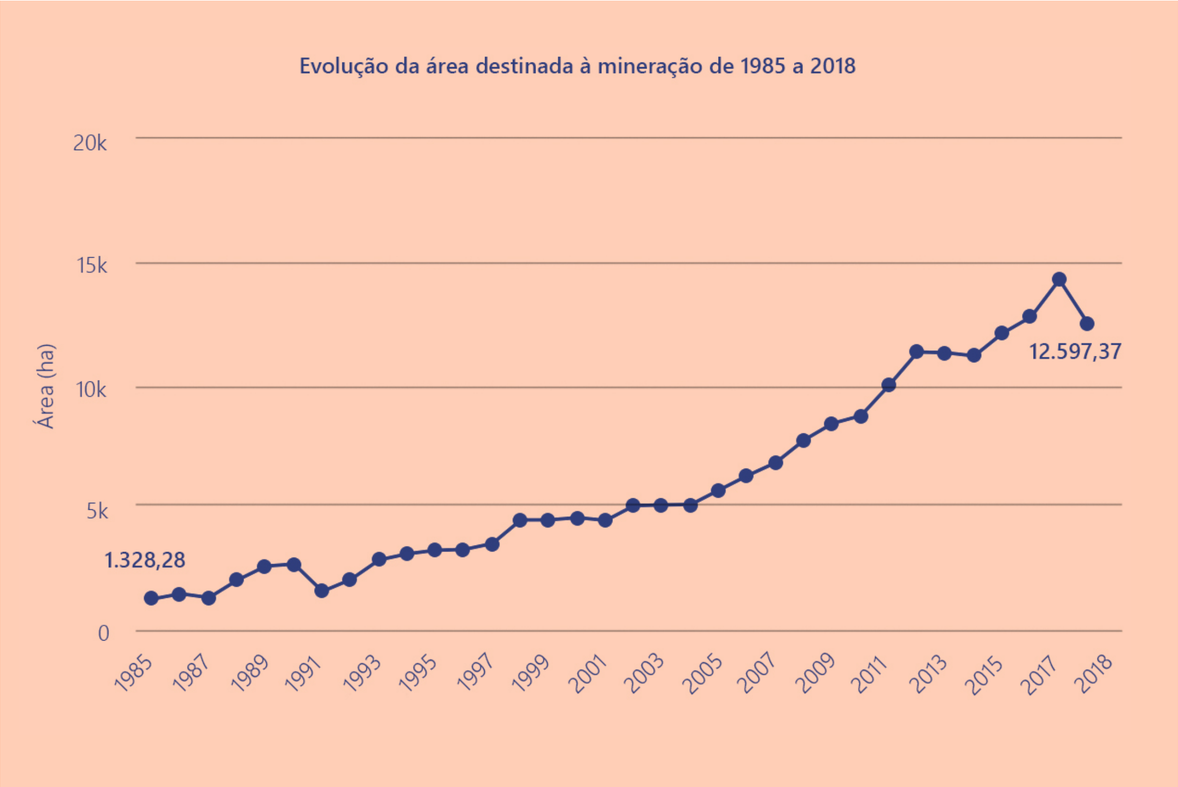
Por Flavio Ottoni Penido, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM

Ao se olhar para uma mineradora há os que enxergam ali uma operação industrial, de extração e beneficiamento de um determinado recurso mineral, que, um dia, vai ser matéria-prima na fabricação de veículos, de medicamentos, de smartphones, de fertilizantes, de materiais para construção de casas ou para outras finalidades importantes para o dia a dia das pessoas. Há, também, os que enxergam a geração de empregos e de oportunidades de negócios por aquela companhia para pequenas, médias e grandes empresas, do atacado, do varejo, da indústria e do agronegócio. E há a visão de que aquela operação se destaca, principalmente, por gerar volumes significativos de contribuições financeiras ao erário público.

São visões distintas, mas complementares. Há mais características relacionadas à moderna indústria da mineração, que nem todos enxergam claramente: é indutora e fomentadora de inovações tecnológicas; está entre os setores que mais preserva, conserva e recupera áreas ambientalmente relevantes, além de ser baixa emissora de gases de efeito estufa; reutiliza cerca de 80% dos recursos hídricos em sua operação; gera divisas ao Brasil com suas exportações tão importantes quanto a de segmentos como o agronegócio; mantém o país como um dos mais importantes players internacionais, ocupando apenas 0,6% do território nacional.

Ter a capacidade de enxergar o todo, compreendendo tais qualidades e mais algumas em conjunto, todas positivas para a coletividade, significa encarar a mineração como ela é realmente em sua essência: um componente propulsor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios, inclusive dos mais distantes dos centros urbanos, geralmente desprovidos de infraestrutura e equipamentos públicos básicos. Mas ter esta visão global sobre a mineração e conduzir ações que se baseiem nessas qualidades só é possível com inteligência, perspicácia, capacidade de planejamento e visão de longo prazo, além de comprometimento com o interesse público, espírito democrático, compreensão das características da mineração industrial, suas limitações e impactos. Inclusive os que podem ser considerados desagradáveis, como os que são provocados por qualquer atividade humana.

A realidade brasileira encontra pouca aderência entre os stakeholders para esse conjunto de condicionantes. Notadamente, a mineração bem-sucedida é vista nos territórios com a visão limitada de ser uma 'galinha dos ovos de ouro' e as riquezas que gera são avaliadas meramente por seu valor financeiro e capacidade de atender a demandas de curto prazo da coletividade. Este desperdício das reais potencialidades da indústria mineral pode custar caro ao futuro dos brasileiros, em especial, no dos habitantes dos municípios mineradores e no das localidades de seu entorno, onde o protagonismo econômico de projetos relevantes de mineração cria uma situação de dependência das economias municipais e regionais, que irá deixar de existir, praticamente com data marcada. O minério é um recurso finito. A exaustão de uma mina é algo factual. Em boa parte dos projetos é possível estimar quantos anos determinadas jazidas poderão ser mineradas.



Mas há fatores outros que podem antecipar o fim das atividades minerárias. Pandemias, como a do novo coronavírus, é um deles. Outros exemplos foram os lamentáveis rompimentos de barragens de rejeitos em 2015 e em 2019. Estes forçaram a paralisação de minas e de operações completas de mineradoras. O baque econômico, entre outros, vem sendo sentido há anos por uma série de habitantes dos municípios onde isso ocorreu e nos arredores. E a situação é agravada pelo fato de o período anterior aos desastres

mencionados não ter sido aproveitado devidamente para desenvolver políticas sólidas voltadas a estimular o surgimento e o desenvolvimento de novas cadeias produtivas que irão, no futuro, substituir a geração de benefícios socioeconômicos a cargo do setor mineral.

A moderna indústria da mineração resulta de uma evolução secular dessa atividade, presente e influente na vida dos brasileiros desde a época da colonização. Segundo o ICMM, o Conselho Internacional de Mineração e Metais, até hoje, o total das contribuições macroeconômicas da mineração não foram devidamente documentadas e discutidas. A mineração desempenha um papel importante e crescente na macroeconomia brasileira: o rápido crescimento do setor em termos absolutos tem contribuído para desenvolver a economia e reduzir a pobreza.

Um verdadeiro marco na evolução da indústria mineral é a real disposição do setor em articular um amplo movimento para promover políticas de desenvolvimento territorial de longo prazo embasadas na diversificação econômica e em mecanismos financeiros destinados a territórios minerados. É uma iniciativa ainda silenciosa que a partir de agora ganha voz ativa. Já avança em sua fase de articulação de objetivos, caminhos para atingi-los, parceiros a serem mobilizados e atraídos para este esforço em prol da sociedade brasileira. Apesar de um certo delay provocado pela pandemia do covid-19, a articulação, que conta com o desempenho do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), prossegue.

Aponta o ICMM que aproximadamente 50 países dependem economicamente da mineração, e os empregos e outros benefícios gerados são críticos para milhões de pessoas dentre as mais pobres do planeta. No entanto, a riqueza mineral nem sempre traz como resultado o crescimento econômico positivo local ou nacional. O setor mineral brasileiro quer assegurar que o resultado de sua atividade será, sempre, motivo de orgulho em razão das contribuições que poderá gerar agora e no futuro para o desenvolvimento dos cidadãos.

Há projetos-pilotos de desenvolvimento territorial a partir da iniciativa das mineradoras em andamento, em Minas Gerais, por exemplo, que vão inspirar a extensão de iniciativas semelhantes para a região da Amazônia Legal, inclusive no Pará, estado que é proeminente no desenvolvimento de empreendimentos de mineração. Entre os projetos, há o que tem à frente a FGV Europe e o Consulado Geral da Alemanha no Rio de Janeiro, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Esta iniciativa de cooperação bilateral "Rumo a uma transição justa: uma oportunidade para Minas Gerais" foi apresentada em 2020 e tem como objetivo propor e implementar um novo modelo de desenvolvimento econômico para as regiões de mineração do Estado de Minas Gerais, baseado no conceito de "Transição Justa" (...) visa transformar uma economia regional dependente de atividades extrativistas (no caso de Minas Gerais principalmente minerais) em uma economia mais diversificada, dinâmica e sustentável. (...) se trata de um processo de alta complexidade que requer a participação ativa dos stakeholders locais e um comprometimento de longo prazo.

Esta parceria inédita vira uma referência importante para todas as províncias minerais brasileiras, com base nas experiências e no conhecimento das antigas regiões carboníferas da Alemanha. Elas realizaram (ou ainda estão realizando) a "transição justa" de modelos de desenvolvimento nos moldes do que a parceria FGV/Alemanha estabeleceu: transição de um modelo baseado em uma economia extrativista para um outro modelo econômico diversificado e sustentável. É um aprendizado que engloba transferência e adaptação de tecnologias, modelos de planejamento e governança, e estruturas de financiamento. A mineração, assim, passa a ser enxergada pelos brasileiros como um agente parceiro do desenvolvimento do país e dos seus cidadãos.

Segundo o estudo 'Grandes obras na Amazônia - aprendizados e diretrizes', do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas e da International Finance Corporation do Banco Mundial, a Amazônia brasileira nas últimas décadas vem sendo palco de grandes investimentos em mineração, hidrelétricas e corredores logísticos estratégicos. No entanto, o que se observa é um quadro de desenvolvimento ainda muito vulnerável: 98% dos municípios da região estão abaixo da média do País no Índice de Progresso Social – medida que aglutina 43 indicadores de bem-estar social e ambiental. Simbolicamente, os dez municípios com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em todo o território nacional também estão situados na Região Norte. O mesmo pode-se dizer da renda per capita, 26% inferior à marca nacional. Enquanto apenas 36% das residências no meio urbano contam com saneamento adequado, no campo a Amazônia é o principal palco de conflitos fundiários violentos do Brasil.

O setor privado, tendo as mineradoras como formuladoras iniciais, pretende oferecer novos caminhos para a região, bem como para outras partes do território brasileiro. Mas tem consciência que o investimento empresarial (recursos financeiros e pessoal) só existirá com respaldo legal e também popular, com um conjunto de boas práticas que permitam previsibilidade e gestão de riscos operacionais, financeiros, judiciais e reputacionais. Segundo a mesma publicação da FGV/IFC, falta (na Amazônia) sistematização robusta de melhores práticas em como realizar intervenções de menor impacto e mitigar riscos para comunidades afetadas, empresas e investidores de forma inovadora, inclusiva e efetiva.

O que se pretende é colocar em discussão com diversos atores da sociedade amazônica as oportunidades e os meios de estabelecer as bases – com participação e apoio das mineradoras – para a implantação de polos expressivos de geração de negócios, empregos e

4%
participação do setor mineral no PIB brasileiro

45%
das exportações da Amazônia Legal vêm da mineração

74%
das exportações são de minério bruto

entre 2014 e 2018:

54,6%
aumento da arrecadação de CFEM
(21,2% em valor deflacionado para 04/2020) no Brasil

94%
(52,1% em valor deflacionado para 04/2020) na Amazônia Legal

divisas, a exemplo de distritos industriais, conectados a extensas cadeias produtivas, de acordo com preceitos de sustentabilidade adequados à região amazônica. Não se pensa em atuar somente em acordo com as vocações de cada município ou região, mas criar novas oportunidades de empreendimentos que se adaptem às realidades locais. Cada grande companhia pode gerar negócios para até milhares de outras empresas. É uma proposta ousada, passível de vir a enfrentar resistências das mais diversas, em razão das diferentes interpretações de o que pode e o que não pode fazer na região amazônica relacionado a atividades produtivas. Sobre a mineração na Amazônia, não se defende a atividade ilegal, como já ocorre em grande parcela desse território, mas sim a que pode ser monitorada pelas autoridades e pela sociedade; a que oferece a adequada segurança operacional; retorno em tributos e em ações de responsabilidade social; que desempenha papel de parceira do desenvolvimento das comunidades; e contribui para elevar a qualidade de vida das pessoas.

O IBRAM defende que a discussão do futuro dos territórios minerados e os sujeitos à mineração deve acontecer no presente e amplamente, com espaço livre e democrático para cada stakeholder apresentar suas propostas, críticas e compartilhamento de visões sobre os objetivos comuns que possam ser evidenciados a partir deste tipo de união de pensamentos, experiências e esforços. A mensagem desta proposta voltada para a região amazônica é que desenvolvimento não é sinônimo de destruição em nenhum dicionário.

Convém pensar grande na hora de planejar como assegurar a sustentabilidade dos territórios na Amazônia décadas à frente onde há proeminência de grandes projetos minerais gerando movimentação econômica e recursos para os cofres públicos. Há essa referência aos futuros territórios mineradores porque a pesquisa geológica no Brasil somente mapeou potenciais minerais em cerca de 30% dos 8,5 milhões de km2 do território. Nosso país apresenta imensa oportunidade para transformar a atividade mineral industrial em incentivador do desenvolvimento sustentável em várias partes das cinco regiões. Uma ampla agenda como esta reúne capacidade de oferecer soluções a problemas presentes em municípios mineradores, situados na Amazônia, onde há elevada arrecadação financeira em virtude da mineração em larga escala, mas também onde persistem indicadores negativos de desigualdade social expressivos. Isso ocorre por falta de um planejamento mais abrangente, com visão de longo prazo e participativo, ancorado em políticas públicas que sejam de Estado e não atrelados, eventualmente, a mandatos políticos.

Pretendemos estruturar um modelo-base dessa proposta, com mecanismos de financiamento para projetos de sustentabilidade nos territórios minerados, tanto na região amazônica, quanto no restante do país. Mineradoras e companhias de outros segmentos, inclusive das cadeias produtivas ligadas ao setor mineral, bem como organizações brasileiras e internacionais, já estão sendo mobilizadas para apoiar a iniciativa. Entidades representativas dos municípios idem. Está no foco elevar substancialmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de enorme contingente de brasileiros e a mineração é um excelente instrumento para elevar o IDH no Brasil. Haverá necessidade de envolvimento intrínseco dos governos estaduais e do federal, entre outras razões, pela obrigatoriedade de desenvolver a infraestrutura que possibilite concretizar o que for planejado. Não há como implantar distritos industriais se não houver ferrovias, rodovias, saneamento, internet disponível, energia, por exemplo.

Parafraseando o prefeito Vítor Penido de Barros, prefeito de Nova Lima (MG), presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), "é preciso pensar além, inovar, investir na qualificação das pessoas e criar modos de fomentar empreendimentos exequíveis e, de fato, transformadores e relevantes também nos aspectos de arrecadação". A mineração está mostrando alguns caminhos e convidando todos a conhecê-los, aperfeiçoá-los e a percorrê-los.

Plataforma de Parceiros pela Amazônia: uma iniciativa inovadora para o fortalecimento das cadeias de valor presentes na região

Por Wendy Francesconi, Denyse Mello, Fabio Deboni, Beatriz Rodríguez, e Manuel Narjes da Alliança Bioversity International e o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT)

A Amazônia brasileira pode ser considerada um dos lugares mais ricos do mundo em biodiversidade. Ironicamente, é também a região mais pobre do Brasil, responsável por aproximadamente 8% do PIB do país, de acordo com a base de dados do IBGE. O valor monetário que nós, sociedade, atribuímos à biodiversidade e aos sistemas naturais não leva em conta os múltiplos serviços ecossistêmicos que a natureza fornece ao nosso cotidiano e que necessitamos para a nossa sobrevivência. Antes que seja tarde, temos de mudar os atuais modelos de desenvolvimento econômico para atribuir maior valor a produtos e serviços que a natureza nos proporciona. Desenvolver e reforçar cadeias de valor inovadoras e sustentáveis para produtos florestais conhecidos localmente, mas pouco comercializados, poderá ser a estratégia econômica transformadora que a região tem menosprezado. As atividades de subsistência insustentáveis e ilegais que conduzem ao desmatamento poderão ser ultrapassadas e combatidas por modelos empresariais com múltiplos ganhos que, direta ou indiretamente, promovam a conservação das florestas e da biodiversidade, através do apoio do setor privado e do fornecimento de benefícios a longo prazo para as comunidades locais.

A Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) adotou esta abordagem. A plataforma é uma ação coletiva liderada pelo setor privado, em que empresas ativas e empenhadas se comprometeram a promover modelos empresariais multi-win como estratégia para o desenvolvimento econômico sustentável na região. Com as atuais taxas de desmatamento corremos o risco de chegar a um ponto sem retorno, em que a perda da biodiversidade e das reservas de carbono na Amazônia brasileira é tão devastadora que os principais serviços ecossistêmicos, como a regulação climática global, são alterados de forma irreversível. A PPA fornece incentivos para a implementação das melhores práticas e investimentos sociais e ambientais pelo setor privado, e reforça os negócios de impacto para apoiar comunidades locais e empreendedores a colher, produzir, fornecer valor agregado e comercializar produtos locais sustentáveis. Ao longo dos anos foram investidos recursos filantrópicos significativos para contribuir para a conservação da Amazônia. Mas estes esforços não se tornaram soluções a longo prazo. Os modelos econômicos inovadores com múltiplos ganhos, baseados no uso sustentável dos produtos florestais e dos recursos naturais, podem ser uma estratégia inovadora e mais bem sucedida.

Contexto

Segundo a implementação do Índice de Progresso Social pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente (IMAZON), a Amazônia brasileira fica atrás da média nacional em aproximadamente 11% desde 2014. O índice mede as condições sociais e ambientais em nível regional e nacional e compara os padrões de vida para o bem-estar humano. Na avaliação de 2018, os indicadores do IPS dentro da Dimensão de Oportunidades foram globalmente menores para o país (em 8%) e especialmente para a região amazônica (em 19%), quando comparados com a média nacional integrada. As variáveis dentro da Dimensão de Oportunidades refletem uma realidade vivida pelas comunidades urbanas e rurais da Amazônia e que são consequência do pouco apoio governamental à políticas que contribuem para condições que levariam a maior inclusão social, direitos humanos, acesso à educação e progresso social (IMAZON 2019). Soma-se a este contexto o limitado acesso ao crédito e ao capital para os empresários, e uma infraestrutura que não é propícia à realização de negócios ou ao seu incremento (SITAWI 2019).

Existem muitas barreiras para a criação de startups, micro e pequenas empresas. Não só é caro cumprir com o complexo sistema tributário e as regulamentações do país e da região, como a falta de confiabilidade no fornecimento de produtos (matérias-primas, transparência, etc.) e serviços (eletricidade, comunicações, etc.), as flutuações de preços e mercados informais, a logística deficiente e a falta de estabilidade social devido a conflitos, mas também ao fato de que todos esses fatores tornam-se desincentivos para potenciais empreendedores que queiram se engajar em empreendimentos legais e sustentáveis na região. Essas são algumas das razões pelas quais meios de vida ilegais e muitas vezes nocivos ao meio ambiente, tais como mineração, grilagem de terra e tráfico de animais selvagens, podem ser preferidos, e a razão pela qual as altas taxas de desmatamento continuam apesar de políticas fortes, mas com medidas de fiscalização fracas.

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi criado em 2004 como o mais importante mecanismo de governança federal do Brasil para reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável na região amazônica. São três eixos temáticos, que refletem três abordagens complementares de conservação florestal: i) regulação da posse e planejamento do uso da terra (i.e., principalmente instrumentos facilitadores), ii) monitoramento e controle (i.e., principalmente medidas de desincentivo), e iii) promoção de atividades produtivas sustentáveis (i.e., principalmente incentivos) (Cunha et al. 2016). Embora as taxas de desmatamento tenham caído após a criação do PPCDAm (Börner et al. 2014; Cunha et al. 2016), um recente surto de perda florestal na Amazônia brasileira trouxe à tona que esse tema segue cada vez mais preocupante (Figura 1).

Há grande potencial para o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia e para a integração de sua biodiversidade (Beltrame et al. 2016), as condições socioeconômicas na região, descritas acima (além de contextos locais específicos), têm e continuam a promover um ciclo vicioso de pobreza perpetuada pela super exploração dos recursos naturais e resultando em degradação ambiental.

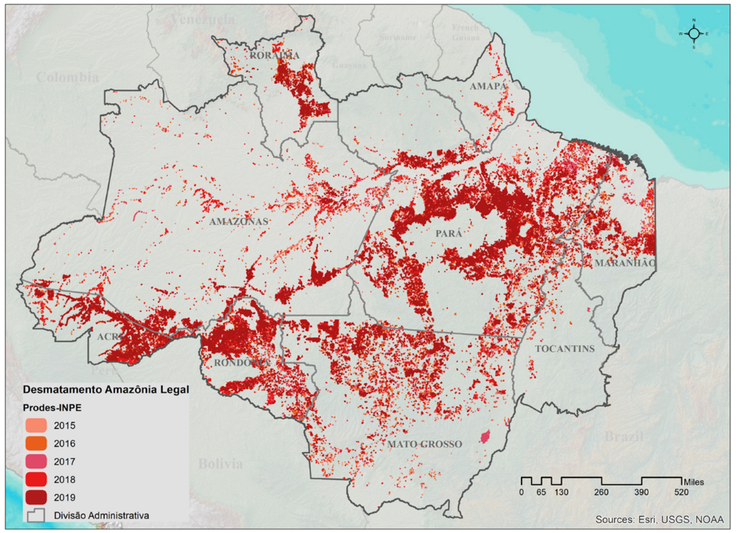


Figura 1. Desmatamento anual entre 2015 e 2019. Resolução de 250 m2 (6,25 hectares). Fonte: PRODES-INPE, 2019.

A partir dos anos 90, as abordagens/políticas ambientais começaram a trabalhar com o pressuposto de que a conservação ambiental requer a adição de valor econômico à floresta, incluindo o valor de utilização direta baseado na valorização dos produtos florestais (madeireiros e não madeireiros) e a utilização indireta relacionada à proteção ambiental. Neste contexto, surgem estratégias baseadas no mercado para responder à necessidade de melhorar os rendimentos dos produtos florestais, por várias razões: i) introdução de produtos florestais nos mercados verdes, conectando consumidores mais conscientes à estratégicas de conservação e dispostos a pagar melhores preços por tais produtos, melhorando o rendimento das populações rurais no manejo destes produtos e aumentando o valor da floresta; ii) criando empresas próprias, com potencial para acrescentar valor aos produtos e maior poder aquisitivo para as populações locais (Mello 2014). O desenvolvimento de uma economia verde, baseada na biodiversidade da Amazônia, dinamizando formas de agregação aos recursos naturais, em diversos setores produtivos: farmacêutico, energético, alimentar, cosmético, de materiais e mobilidade, é a base para a conservação e o manejo sustentável dos ecossistemas amazônicos e suas populações tradicionais e povos indígenas (Nobre 2018).

O desafio

Atualmente, em quarto lugar no mundo (seguido pela China, Índia e Estados Unidos em termos de produção agrícola bruta), o setor agrícola brasileiro, que produz cerca de 30% da soja mundial e 15% da carne bovina, é responsável por 20% do PIB do país (FAO 2018) e é considerado um dos maiores exportadores de soja, açúcar, aves, café e carne bovina (Sean, 2019). Não surpreende que os maiores produtores agrícolas do mundo sejam também os maiores em extensão (exceto pela Rússia, da qual grandes extensões de terra não são adequadas para a agricultura). Uma grande parte do território brasileiro permanece coberta pelo bioma Amazônia (aproximadamente 60%), que é rico em recursos naturais e ambientais cruciais para a agricultura (por exemplo, solos férteis, água e serviços ecossistêmicos) e outras atividades econômicas. Sem alternativas sustentáveis para o uso desses recursos, o capital natural da Amazônia pode ser percebido como um reservatório de fatores produtivos inexplorados para impulsionar a economia brasileira e consolidar a posição global deste país como principal produtor agrícola.

O modelo econômico agrícola brasileiro, principalmente insustentável e não inclusivo (Cerri et al. 2018), aliado às conversões de ocupação do solo observadas no bioma Cerrado brasileiro durante os últimos dez anos, fornece um cenário futuro provável para a Amazônia. A região tem sido apontada como a próxima fronteira de criação de gado. Segundo Bellon et al. (2020), as conversões de uso da terra mais proeminentes observadas no cerrado foram entre áreas naturais da zona tampão da floresta e pastagens. Até o momento, quase 50% da vegetação nativa do cerrado foi substituída pela pecuária, soja e produção de cana-de-açúcar. Na Amazônia brasileira, a pecuária é atualmente responsável por 70% do desmatamento que o bioma está sofrendo (Cerri et al. 2018).

Como consequência das reduções de financiamento para órgãos de fiscalização ambiental como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), um pico de desmatamento na Amazônia tem sido observado nos últimos dois anos (Phillips 2018). A flexibilização dessa regulamentação tem incentivado os ciclos viciosos em que os grileiros derrubam a floresta para reivindicar a ocupação e o direito à terra (Brito et al. 2019). Embora seja improvável que as atividades de desmatamento sejam completamente interrompidas agora ou no futuro próximo, valorizar alternativas sustentáveis devido à maior segurança financeira, seguridade e bem-estar social torna-se uma proposta atraente para os trabalhadores informais, muitas vezes isolados e vulneráveis.

O que foi feito

A Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) foi fundada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em 2017 para apoiar a conservação da biodiversidade da Amazônia, tendo os seguintes objetivos: 1) Alavancar investimentos sociais e ambientais; 2) Compartilhar experiências e melhores práticas na área de desenvolvimento socioeconômico sustentável e conservação na região amazônica; 3) Fomentar e promover a liderança do setor privado na plataforma parceiros pela amazônia e na entrega de soluções inovadoras para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e conservação da biodiversidade da Amazônia; e, 4) Fomentar o desenvolvimento de parcerias. A PPA é uma plataforma de ação coletiva em rápido crescimento liderada por empresas do setor privado, cujo objetivo é desenvolver e identificar soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade, florestas e recursos naturais da Amazônia. A Plataforma visa alavancar investimentos, compartilhar experiências e melhores práticas, fomentar parcerias e apoiar outros parceiros do setor privado e partes interessadas locais no desenvolvimento de soluções inovadoras.

Em novembro de 2017, uma estrutura de governança do PPA foi estabelecida durante o lançamento da plataforma para facilitar a seleção, financiamento e implementação de projetos de desenvolvimento sustentável baseados na Amazônia. Na época, o setor privado estava interessado em pilotar um programa de aceleração para startups e pequenas empresas com potencial impacto positivo na subsistência local e na conservação da biodiversidade na região. O Programa de Aceleração e Investimento da PPA surgiu com o objetivo de desenvolver o potencial dos empreendedores amazônicos, fomentando negócios de impacto sustentáveis e socialmente justos. Além do processo de incubação e aceleração dos negócios, o programa oferece oportunidades de cooperação e a criação de uma comunidade de negócios sustentáveis interconectados.

Durante a fase piloto em 2019, o Programa de Incubação e Aceleração da PPA investiu e capacitou 15 startups e pequenas empresas selecionadas de um total de 81 aplicações recebidas na chamada

realizada. Este grupo inicial de startups foi focado principalmente na comercialização de produtos relacionados à agricultura ou de base florestal. Durante esse primeiro ciclo, nenhum negócio que atuasse diretamente nas áreas de serviços relacionados à conservação ambiental na Amazônia foi apoiado. No segundo ciclo do programa, foram selecionadas mais 15 startups, mas desta vez entre um total de 201 aplicações. Semelhante ao ano anterior, a maioria dos modelos de negócio se concentrou em cadeias de valor agregado e de produção agrícola especializada, e em produtos da biodiversidade socioambiental. Mas a diversidade é grande dentro da pequena amostra de negócios apoiados. De 2019 para 2020, o número de startups que aplicaram para o programa mais que dobrou, e a quantidade de co-investimento do setor privado foi quase 5 (cinco) vezes maior.

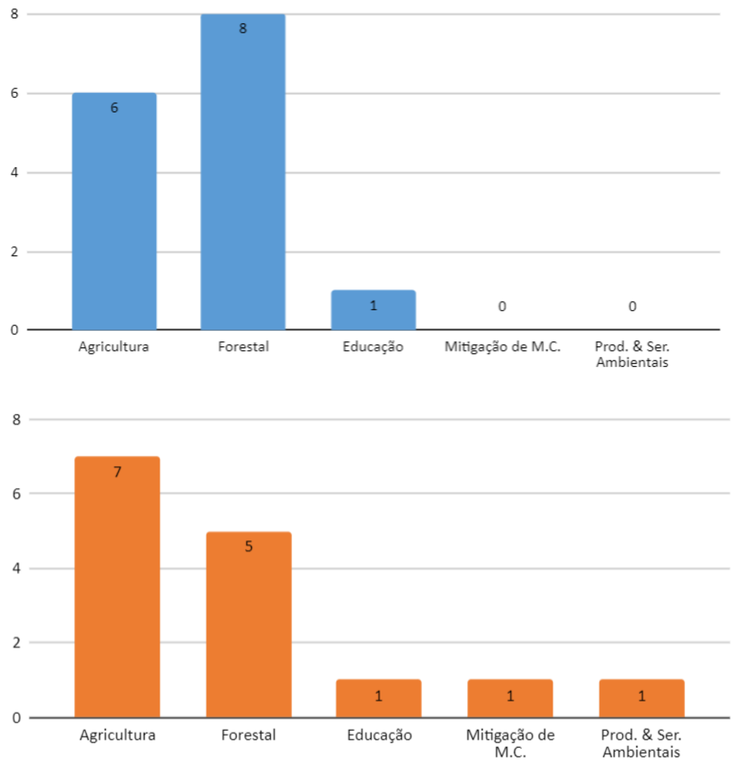


Figura 2: Número de start-ups selecionadas no Programa de Incubação e Aceleração da PPA e os tipos de setores da cadeia de valor a qual pertencem. Fonte: IDESAM 2020

Caso de Cadeia de Valor: Mel

A Cooperativa de Criadores de Abelhas nativas da Amazônia (Coopmel) representa 62 famílias associadas em 12 comunidades rurais localizadas em Boa Vista do Ramos, no Pará. Com o apoio inicial de organizações sem fins lucrativos os produtores se organizaram em uma cooperativa, receberam treinamento e começaram a produzir mel (meliponicultura) há cerca de 15 anos. A Coopmel trabalha exclusivamente com abelhas sem ferrão, considerado um produto alimentar em perigo de extinção (Ark of Taste), mas que também tem grande potencial comercial. Para que as abelhas produzam mel de qualidade, elas se alimentam de árvores frutíferas nativas. Por isso, as comunidades plantam as árvores em áreas degradadas próximas, recuperando a paisagem. Ao mesmo tempo, as árvores são polinizadas e produzem frutos para o consumo e venda pelas comunidades. É uma vitória para as comunidades e para a natureza. A Coopmel tem conseguido obter o Selo de Serviço de Inspeção do Estado (SIE), que abre as portas para a ampliação de suas opções de distribuição e comercialização. Através do Programa de Aceleração da PPA, em 2019 a Coopmel recebeu apoio para reestruturar seu modelo de negócio, melhorar sua logística e estratégia de mercado, e obter o Selo de Inspeção Federal (SIF) para vender em outros estados do Brasil e em outros países.

Fonte:
http://www.coopmelbvr.com.br/2016/02/mel-puro-saboroso-e-saudavel-e.html

Caso de Cadeia de Valor: Ração para peixes

Ronaldo Santana de Almeida, engenheiro por formação, mora com sua família em Presidente Figueiredo, no Amazonas. Ele se dedica à piscicultura. Como piscicultor, decidiu fazer sua própria ração de peixes. Iniciou o negócio para resolver um problema que ele mesmo estava enfrentando: o alto custo de ração para peixes. Cerca de 80% do custo da criação de peixes estava sendo gasto com a compra de ração. Ronaldo começou a experimentar diferentes combinações de ração produzidas a partir de materiais orgânicos e resíduos locais, com o objetivo de melhorar seus ganhos e os de outros pequenos piscicultores da região. Assim, a Ração+ foi criada em 2014. A ração gera economia para as comunidades locais, ao reduzir os custos em relação aos preços de mercado. Ao mesmo tempo, faz uso de resíduos que normalmente são descartados de forma inadequada. Enquanto a Ração+ está expandindo a sua operação domiciliar, também está em processo de reestruturação, adquirindo máquinas, instalações, capital de giro e buscando a regularização legal e ambiental. O objetivo é atingir os mercados da região Metropolitana de Manaus. Para atender a essas necessidades, o co-investimento e o apoio ao treinamento proporcionado pela PPA, deu a Ronaldo a oportunidade de tornar esses objetivos uma realidade.

Fonte:
http://aceleracao.ppa.org.br/portfolio-de-negocios/

Caso de Cadeia de Valor: Folhas medicinais

Fundada em 2011, a Cooperativa Extrativista de Folhas Jaborandi (COEX-CARAJÁS), com sede na cidade de Parauapebas, no Pará, é a única organização autorizada para a extração sustentável de folhas de Jaborandi no interior da Floresta Nacional de Carajás (FLONA de Carajás), sob a supervisão do ICMBio. A COEX-CARAJÁS vende as folhas para uma empresa de processamento, que posteriormente vende o extrato para uma empresa farmacêutica para a produção de colírio. A cooperativa transformou a atividade extrativista antes considerada ilegal, em uma alternativa de subsistência sustentável e regulamentada. A COEX-CARAJÁS conta atualmente com cerca de 40 associados e sua missão é gerar renda. Além disso, ao coletar as folhas dentro da FLONA de Carajás, eles também coletam as sementes de cerca de 300 espécies, que são vendidas à mineradora Vale para a restauração de suas áreas de concessão. Até o momento, as sementes da cooperativa já ajudaram na restauração de 1.037,8 hectares de terras florestais. Nesse arranjo empresarial, as comunidades podem extrair esses produtos de forma sustentável, apoiando a inovação, a restauração e a comercialização da biodiversidade da Amazônia. Através de sua participação na PPA, no ciclo do Programa de Aceleração 2020, a cooperativa receberá um empréstimo que a ajudará a dimensionar sua operação para expandir capacidade de coleta e venda para outros compradores.

Fonte:
https://www.facebook.com/photo/?fbid=1938328722930759&set=p.1938328722930759

O que mudou

O Programa de Aceleração já mostra benefícios para as pequenas empresas sustentáveis. Como as oportunidades de infraestrutura e crédito que poderiam promover e fortalecer as pequenas empresas ainda são incipientes na Amazônia, a implementação de iniciativas que promovam redes de investimento e colaboração do setor privado são bem recebidas pela comunidade empresarial.

De um total inicial de 15 startups e pequenas empresas, o apoio fornecido pela PPA resultou na conservação contínua de 430 hectares de áreas naturais e sistemas de produção manejados de forma sustentável. Esses empreendimentos comerciais foram capazes de aumentar suas receitas em uma média de R$ 760 reais por mês (27%) em comparação com seus ganhos antes de participar do programa. Embora os números possam parecer uma gota no oceano, reforçam que, se as condições de capacitação forem criadas, as comunidades e os empreendedores irão se engajar em modelos de negócios e meios de vida legais e sustentáveis. Em seu segundo ano, o Programa de Aceleração expande seus impactos para cinco estados, 43 municípios, beneficiando mais de 1600 famílias.

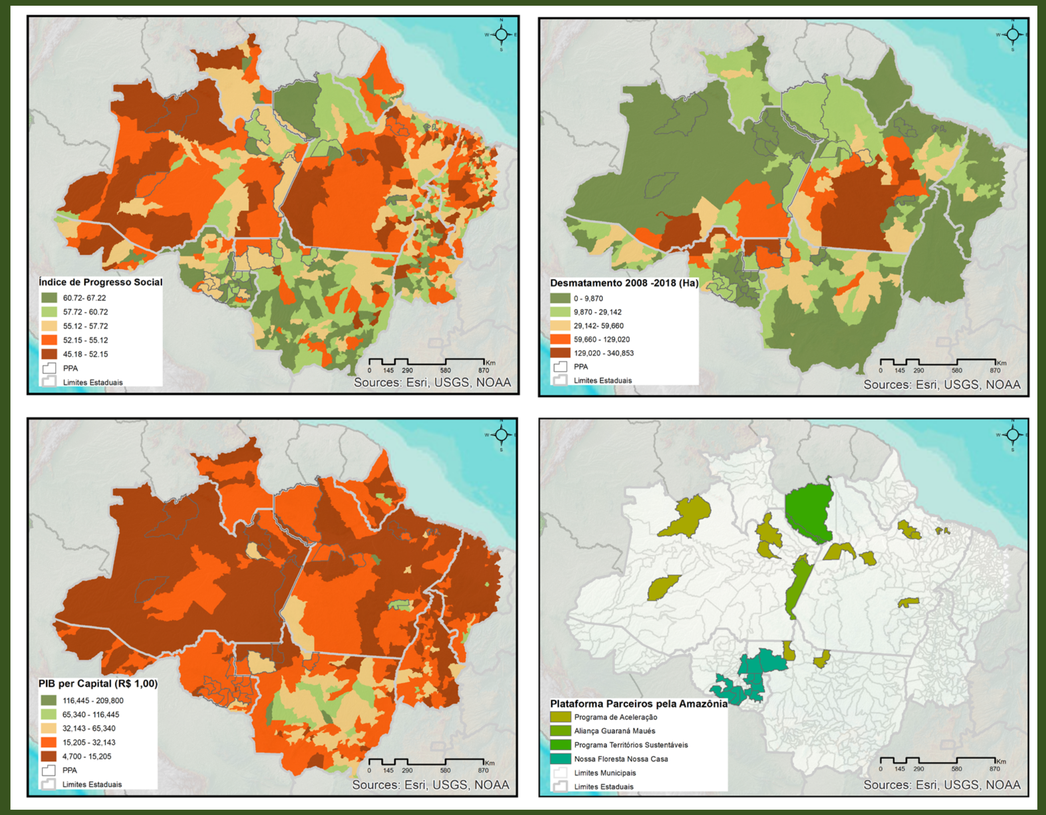


Figura 3. a) Índice de Progresso Social (Fonte: IMAZON, 2018), b) Desmatamento 2008-2018 (PRODES-INPE, 2019) c) Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE 2017), e d) Municipalidades onde atua a Plataforma de Parceiros pela Amazônia. Fonte: USAID, 2020)

Os aprendizados do Programa de Aceleração e da PPA como um todo até agora nos evidenciam que o engajamento do setor privado para endereçar questões sociais e ambientais a partir de modelos inovadores e de soluções de mercado se apresenta como um caminho bastante viável para fomentar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. Por se tratar de uma iniciativa recente e inovadora, ela vai demandar maior acompanhamento, mais estudos e mais investimento para que se consolide como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável da região. A mensagem até aqui é que esta iniciativa se mostra viável e que gera resultados positivos, entretanto, ainda carece de uma escala compatível ao tamanho dos desafios socioambientais e à complexidade territorial, logística e cultural da região Amazônica.

A referência bibliográfica do artigo está na seção Referências Bibliográficas desta publicação, a partir da página 34.

Entrevista

Tatiana Schor

Secretária Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, coordena a pasta de Mineração e o Núcleo de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, do Amazonas. Graduada em Economia, mestre em Geografia Humana e doutora em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo

Como você vê o papel da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da bioeconomia da Amazônia?

A gente não pode abrir mão de 53 anos de polo industrial. Somos o único estado na região Norte que fomentou um ecossistema industrial e hoje, quando pensamos em bioeconomia, não pensamos em drogas do sertão (produtos obtidos por atividade extrativa). Pensamos em agregação de valor industrial. O fato de ter o polo, independentemente de não conversar com a floresta, fomentou um ecossistema industrial extremamente importante e, isso sim, pode ser uma alavancagem para uma política industrial que tem a bioeconomia como sua matriz. O outro aspecto é que o polo industrial hoje é responsável por 90% do PIB do estado. Então, não dá pra você abrir mão e achar que depois vai por outro sistema. Tem que fortalecer o que tem e fazer a transição.

De que forma é possível aproveitar a biodiversidade da Amazônia de uma forma cuidadosa e sustentável?

Existem aí vários desafios, toda uma parte de distribuição desigual, que precisa ser levada em conta. Como a gente diminui as desigualdades espaciais e sociais. Hoje, a bioeconomia está muito pautada nas populações tradicionais e nos grupos indígenas, mas é um aspecto que você tem ainda muita retirada, muito produto in natura. Não tem uma agregação de valor para pensar que isso pode ser voltado pra uma industrialização mais de ponta. Tem um processo que precisa ser feito. E só é feito se de fato a gente tiver um investimento significativo na educação de base, na ciência e na tecnologia. Porque se não a gente vai continuar funcionando como drogas do sertão. Tira o produto daqui e vai processar em outro lugar, em outro país, em outro contexto. Nem as pessoas que estão aqui ganham, nem o país ganha. Aí a importância da bioeconomia vir com uma política industrial e todas as questões relacionadas com isso: como escalonar o que existe, como investir no que está posto, como melhorar as condições de vida das populações locais e como impactar o PIB para ter de fato uma matriz, uma diversificação da matriz econômica que tem a bioeconomia como um centro.

Essa parte de capital intelectual, de conhecimento das empresas ficar nas capitais ou no Sudeste e apenas a retirada de insumos ser realizada aí também não interfere nesse desenvolvimento?

Claro! Essa é a questão das desigualdades territoriais e elas são históricas. Se você pega toda base de financiamento de pesquisa e investimento no território brasileiro vê uma enorme discrepância em tudo. Quanto foi investido na Embrapa para a Embrapa desenvolver avicultura? Quanto foi investido na Embrapa para as linhas da sociobiodiversidade?

Os países mais desenvolvidos já estão dando sinais concretos de que o cenário pós-pandemia vai valorizar a economia verde, que não ignore, por exemplo, as mudanças climáticas. Nesse sentido, como podemos pensar em uma transição de uma economia que depende muito da exportação de commodities para uma economia de baixo carbono?

Se quiser, consegue. Não é falta de técnica e de tecnologia. Não é nem falta de dinheiro. Tem aí uma questão-chave que é como a gente faz isso como política de desenvolvimento regional, por exemplo. Como a gente incorpora isso nos processos e quanto que o custo e o risco desse salto inicial vai ser abarcado pelas empresas. É muito fácil dizer que o setor privado vai resolver. O setor privado olha pra Amazônia e ele vê muito risco. Quem vai começar? Risco de investimento, de dinheiro. Você tem uma assimetria de informação muito grande. Quem vem para o Amazonas hoje para entrar nas cadeias produtivas não tem mercados organizados. Os mercados são imperfeitos. Existe uma assimetria de informação ao longo das cadeias. Existe uma falta de dados. Então, se uma indústria quiser trabalhar aqui ela tem que fazer todo um trabalho. Não consegue chegar aqui e falar eu quero comprar óleo de andiroba com garantia de procedência, qualidade, trabalho justo. Não tem. Isso é um risco de investimento e é um risco também de imagem. Tem toda uma infraestrutura que precisa ser resolvida. Não é só infraestrutura física.

Pensando em municípios, o que está ao alcance deles para fomentar essas mudanças por uma economia mais sustentável na região? O que eles podem fazer?

A Amazônia não é para amadores. Então, você vai na base do município e tem uma capacidade instalada muito fraca, muito precária. Começa que não tem internet. Não é que não tem internet de vez em quando. Você não tem. Estava com um problema para falar com o pessoal na fronteira de Tabatinga porque nem o telefone lá estava funcionando, a telefonia não estava funcionando. Você tem essa época do ano que tem seca e tem problema de energia de verdade, séria, começa a ter racionamento de energia. Não tem saneamento. Toda sua dependência de alimentos externos é enorme. Tem uma população com baixa qualificação. Precisa estruturar mesmo. É um longo prazo que não se resolve com um piscar de olhos. Não tem muita saída se a gente quiser ter como pauta não só o desenvolvimento econômico, mas a diminuição das desigualdades sociais porque não adianta a ter desenvolvimento econômico e continuar concentrando riqueza e renda na mão de poucos. E tem muito hoje no Amazonas facções, milícias, tráfico... A gente finge que não vê quando vai falar de bioeconomia. O que já aconteceu em várias cadeias produtivas e regiões que eram produtoras da sociobiodiversidade é que não são mais porque foram desorganizadas ou estão em áreas vermelhas do tráfico. Pessoal fala que bioeconomia é maravilhosa. É sim, mas a realidade no chão é outra. A gente tem problemas grandes aí ao longo dos rios.

Como ciência e tecnologia devem ajudar ainda mais o desenvolvimento sustentável da região nos próximos anos? O que é esperado em inovação?

O problema não é só na Amazônia. Todos os nosso biomas estão com problema, nosso país é muito desigual e cada vez piorando. A gente precisa sim fortalecer a educação de base. Isso não é da

cabeça da gente. Isso é ciência que quando você olha todos os padrões de países desenvolvidos a educação de base pública, gratuita, o investimento em ciência e tecnologia alavancam a economia. O papel que as universidades federais e públicas no interior do estado têm para transferência de tecnologia é enorme. Vou dar um exemplo. Tem uma moça que trabalha comigo, vem de família de agricultor familiar. Ela entrou na universidade federal e fez o curso de Engenharia Florestal. Se encantou pela área de orgânicos, voltou para a comunidade dela, organizou a mãe dela e os vizinhos. Eles não acreditavam que orgânico dava certo, mas estavam super dependentes das compras de governo para merenda escolar. Ela fez uma excursão com eles para o Sudeste, mostrou a agricultura orgânica, voltaram e se organizaram. Hoje, são a maior rede de agricultores orgânicos da região, a Maniva. As cestas da mãe dela têm fila de espera de 40 pessoas. Como se transferiu essa tecnologia? A formação da figura. Tem outro exemplo muito legal de um indígena Ticuna que é vinculado a uma família, um grupo étnico que fez um museu indígena. O museu estava com problemas de contabilidade. Ele entrou em Administração na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o projeto de iniciação científica foi resolver a contabilidade do museu. Resolveu e hoje se consegue captar dinheiro para o museu.

Isso é inovação.

Sim e tem que ser no tamanho adequado. Não temos pessoal formado para acessar nanotecnologia ainda. É longo prazo. Não se resolve de uma hora para a outra. Isso é bem importante. O que precisa é saber fazer ao mesmo tempo. Você tem curto, médio e longo prazo e eles não são sequenciados. Têm que começar junto. Mas o investimento de verdade em educação de base e num sistema de ciência e tecnologia é condição sine qua non. Sem isso, a gente vai ficar trazendo gente de fora para fazer as coisas aqui e continuar com uma desigualdade muito grande.

Quando falamos em mercado de créditos de carbono, o foco está muito mais na esfera nacional. Mas como estados e municípios também podem contribuir com esse desenvolvimento?

Todo dinheiro é bem-vindo. Se conseguir ter um mercado e que faça que isso funcione, óbvio que contribui. Os municípios são muito dependentes dos repasses federais. Se eles tiverem um outro mecanismo de arrecadar dinheiro com governança, porque o problema de tudo isso, desde os royalties do petróleo e do gás e esse também, é que se você não tiver governança vai gerar um sistema corrupto. Não ajuda em nada e só piora. O mercado de crédito de carbono pode ter um impacto super positivo nos municípios desde que tenha um sistema de governança.

Um dos avanços da COP 25, no ano passado, foi um estímulo a mais discussões sobre a responsabilidade das empresas com o desmatamento e a promoção do desenvolvimento sustentável. Como é possível viabilizar parcerias com o setor privado para o desenvolvimento econômico da Amazônia?

Tem um papel super importante que é na pressão na política, no mostrar que dá para fazer diferente e que se ganha dinheiro sim também fazendo direito e cuidando da sua cadeia até o fim. Porque se não falam estou comprando do intermédio do fulano, depois dele não sei como é. Não. Nesse momento precisa cuidar sim até o final da cadeia e ter certeza de que você não está usando trabalho infantil, explorando, que está pagando justo, não desmatando... E volta de novo a discussão do risco. Por que as empresas não querem ir? Porque isso não é fácil de fazer. Principalmente numa região que é de difícil acesso, que a lógica não é a mesma que se tem em outros processos industriais.

Como você gostaria de ver a Amazônia daqui a 10 anos, em 2030, quando chegarmos ao final do prazo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?

A gente precisa pensar não só na conservação do que existe, mas na expansão das áreas florestadas. Precisa pensar também muito nessa ideia de que se a gente tivesse de fato uma política forte para resolver a questão da educação de base e impactar essa geração, poderíamos dizer que daqui há dez anos teremos um ambiente mais propício para qualquer forma de desenvolvimento, mas pautado na ciência e na tecnologia. Acho que a questão da importância da ciência também é essa. Acredito que a pessoa que é formada na lógica da ciência é muito mais difícil - não é impossível - dela ser tomada por fake news e etc. Uma boa formação crítica permite que a pessoa tome decisões. Tem uma pegada na linha daquele economista Amartya Sen, de desenvolvimento como liberdade, e a gente fala muito de desenvolvimento como liberdade coletiva. Não só individual. A liberdade que Amartya Sen sempre fala é quanto temos capacidade de alavancar escolhas. Quando você só tem duas escolhas a fazer, diminui suas escolhas. Quando você não tem nenhuma... Agora, quando você consegue abrir o leque de escolhas, pode tomar decisões a partir delas para sua vida no plano individual e no plano coletivo. É o mais importante. Se isso não acontece é muito difícil a gente romper os processos que são históricos e as formas de dominação históricas. As elites locais entendem desenvolvimento no formato mais clássico que o país sempre abordou, que é o agronegócio sem preocupação na incorporação de processos sustentáveis.

O futuro do Brasil passa pela Amazônia

Os 30 milhões de habitantes da floresta Amazônica merecem melhores e mais justas condições de vida, trabalho e renda. Preservação e avanços socioeconômicos podem andar juntos neste território, como indicaram os problemas e as ideias levantadas pelos especialistas e estudos da publicação. Para isso, considerando que as mudanças não estão ao alcance para agora ou 2021, é importante que empresas e governos de todas as esferas tenham projetos para desenvolver economicamente a região. Atentando para as perspectivas locais, estabelecendo espaços institucionais para coordenação de interesses e a continuidade das agendas pactuadas. É necessário evitar a fragmentação das iniciativas e superar a economia do improviso, soluções e políticas de desenvolvimento remanescentes de séculos passados.

Para a Amazônia alcançar o desenvolvimento local é preciso construir bases sólidas e duradouras possíveis apenas com investimentos em educação, inovação, empreendedorismo, ciência e tecnologia. É primordial fomentar novos arranjos financeiros e, principalmente, com o fortalecimento das instituições e capacidades locais e o cumprimento dos instrumentos legais existentes para governança ambiental e uso da terra. Essas bases darão sustentação a ciclos positivos, de prosperidade.

Ainda para lograr no tema e dar vazão à complexidade dos problemas públicos intrínsecos ao desenvolvimento da região amazônica, o direcionamento de esforços para coordenar os atores chave envolvidos é fundamental. Assim como, promover novos modelos de governança pública e privada e instrumentos que possibilitem a coprodução de políticas públicas mais eficazes, transparentes e de qualidade. Os caminhos para a dinamização econômica dos municípios amazônicos devem ser liderados pelo poder público, mas devem inserir a sociedade civil e o setor privado no centro de todos os processos relacionados a essa agenda, criando ambientes e espaços inovadores de colaboração, visando a construção de valores compartilhados e determinantes para o futuro da Amazônia.

Países mais desenvolvidos indicam que o cenário pós-pandemia valorizará a economia verde e que não se ignoram mais as mudanças climáticas. Diante de uma riqueza, em todos os sentidos, que os brasileiros têm ao alcance com a Amazônia, é urgente pensar a transição para a economia de baixo carbono. Nesse contexto, é desafio também convencer os amazônidas que floresta em pé é sinônimo de prosperidade e um futuro melhor para suas gerações. Até hoje isso não está claro para os habitantes locais. Pelo contrário. Muitos só conseguiram acesso a bens, serviços e mesmo a colocar comida na mesa para suas famílias a partir de áreas desmatadas. O que dizer a eles?

A partir de muitos questionamentos, as movimentações também acontecem por parte de lideranças e organizações que, pela primeira vez, remodelam o debate sobre a região amazônica, agora construindo a mentalidade de que talentos e capacidades não devem vir apenas de fora. E, sim, se constituírem e ganhar força lá. Para tudo isso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um importante delineador de intenções, planos, ações e estratégias. Consideramos que para que o dinamismo econômico local na Amazônia se faça verdadeiro, os ODS são referência fundamental.

O cenário se transformará, de fato, quando algumas questões pontuadas aqui, como o compromisso em torno da paridade entre áreas rurais e áreas urbanas, se tornem realidade. Que se chegue à compreensão de que a transição sustentável sem uma robusta política de ordenamento territorial não é palpável. Que a agricultura familiar pode ser um importante agente de dinamização das economias dos municípios da Amazônia, como geradora de riquezas primárias que são transformadas ao longo das cadeias produtivas gerando mais riquezas. Que a gestão integrada, a exemplo do Programa Territórios Sustentáveis, se torne uma constante. Que tenhamos uma governança e instituições eficientes, capazes de mediar interesses e dar prosseguimento às agendas estabelecidas. Fica aqui um material robusto em abordagens possíveis para um caminho sustentável e próspero para a Amazônia e seus povos. Deixamos também o convite para que, sendo um passo na direção da mudança que se espera para o território, todas e todos possam dialogar.

Agenda Pública

Como podemos promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia?

Referências bibliográficas

Essa seção contempla os referenciais teóricos de todos os artigos, que estão separados pelo título de cada um deles.

Referencial teórico do artigo Políticas públicas, Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia:

ABC. A preservação da Amazônia através da bioeconomia - Seminário Conhecer para Entender: o mundo a partir do coronavírus. 2020. Disponível em http://www.abc.org.br/2020/08/03/preservacao-da-amazonia-atraves-da-bioeconomia/
Acessado em 28/08/2020.

BANCO MUNDIAL. Towards Gender Equality: the role of public policy. Washington, D.C.: World Bank Group.1995.

BAUDHARDT, C. Solutions to the crisis? The Green New Deal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. Ecological Economics. 102: 60-68. June 2014

CEPAL. Entender la pobreza desde la perspectiva de género - Série Mujer y desarrollo, 52. Santiago: Naciones Unidas. 2004.

CEPAL. Estatísticas Cepal – Brasil. 2018.

FAVARETO, A. Agenda 2030, transformações recentes do Brasil não metropolitano e os caminhos para uma nova geração de políticas públicas. Relatório Final. Projeto Cátedras ENAP 05/2018. Área Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030. São Paulo/Brasília. 2019.

FAVARETO, A. (org.). Agenda 2030 no Brasil rural e interiorano – reflexões e ideias para uma nova geração de políticas. Rio de Janeiro: Ed. IdeiaD. 2020.

GRAMKOW, C.. O Big Push Ambiental no Brasil Investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável. Perspectivas n. 20. FES/Brasil. 2019.
IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil. 2018.

IPEA. ODS – Agenda 2030: Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IPEA. 2018

MELO, H. P. D., & BANDEIRA, L A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. Santiago: CEPAL. 2005.

NOBRE, C. Amazônia 4.0. A criação de ecossistemas de inovação e o enraizamento de uma nova bioeconomia. Entrevista publicada em Amazônia Socioambiental. 2020. Disponível em: https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/radar/amazonia-4-0-a-criacao-de-ecossistemas-de-inovacao-e-o-enraizamento-de-uma-nova-bioeconomia-entrevista-especial-com-carlos-nobre/. Acessado em 28/Agosto/2020.

NOVAES, L.F. et al. (2020). Desigualdades territoriais – diferenças entre o Brasil rural e o Brasil urbano e metropolitano frente às metas dos ODS. In: Favareto, A. Agenda 2030 no Brasil rural e interiorano – reflexões e ideias para uma nova geração de políticas. Rio de Janeiro: Ed. IdeiaD. 2020.

SEN, A. (1998). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

WRATTEN, E. Conceptualizing urban poverty. Environment and urbanization, 7(1), 11-38. 1995.

Referencial teórico do artigo Agricultura Familiar como fator de dinamização econômica dos municípios da Amazônia Legal: enfoque palma:

Agropalma. Relatório de Pagamentos Agricultores Familiares. Sistema ERP da empresa. 2020.

Agropalma. Preços atuais e passados pagos pelo CFF. https://www.agropalma.com.br/arquivos/arquivos/PRECOS_CFF_SITE_2016_2020%20-%20Portugu%C3%AAs%20mai20.pdf. Consultado em 11/05/2020.

Araújo, J. A., Vieira Filho, J. E. R. Análise Dos Impactos Do Pronaf Na Agricultura Do Brasil No Período De 2007 A 2016. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro : Ipea. 2018.
Family Search. https://www.familysearch.org/wiki/pt/Moju,_Par%C3%A1_-_Genealogia. Consultado em 23/04/2020.

FBB. https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/sistema-agroflorestal-de-tome-acu-safta-tecnologia-social-da-amazonia. Consultado em 20/04/2020.

Fischer, R. M., Bose, M. & Borba, P. R. Um projeto inovador: O Dendê e a Agricultura Familiar. Biodiesel Br. https://www.biodieselbr.com/destaques/2007/projeto-inovador-dende-agricultura-familiar. 2007.

Homma, A. K. O. et Al. Integração Grande Empresa e Pequenos Produtores de Dendezeiro: o Caso da Comunidade de Arauaí, Município de Moju, Pará. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 92. Embrapa. Belém. 2014.

Natura. Relatório Anual Natura 2018. https://natu.infoinvest.com.br/ptb/7117/Relatorio_Anual_Natura_2018.pdf. Consultado em 29/04/2020.

OLIVEIRA NETO, A. C. Territórios Subordinados: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. PRESIDENTE PRUDENTE – SP. Tese de doutorado. UNESP. 2017
Peabiru, Instituto. https://peabiru.org.br/frentes-de-atuacao/agricultura-familiar/produtos-da-sociobiodiversidade/. consultado em 11/05/2020.

Peabiru, Instituto. Relatório de Monitoramento dos Indicadores de Sustentabilidade:

Agricultura Familiar e Produção de Palma. Programa Dendê Ano V (Final). Belém, 2016. https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/08/160721_peabiru-indicadores-socioambientais-agric-familiar.pdf

PNUD, IPEA & FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/moju_pa. 2013. Consultado em 23/03/2020.

Sandro Pereira Silva, S. P. A Agricultura Familiar e Suas Múltiplas Interações com o Território: uma Análise de Suas Características Multifuncionais e Pluriativas. Texto para Discussão. Ipea. Brasília. 2015. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2076.pdf
Projeto Saúde e Alegria (PSA). http://saudeealegria.org.br/saude-comunitaria/agua-e-saneamento/, consultado em 11/05/2020.

Projeto Saúde e Alegria (PSA). http://saudeealegria.org.br/economia-da-floresta/cadeias-da-sociobiodiversidade/, consultado em 11/05/2020.

Projeto Saúde e Alegria (PSA). http://saudeealegria.org.br/economia-da-floresta/unidades-socioprodutivas/, consultado em 29/04/2020.

Scanavino, C. Os formuladores de políticas no país líder mundial em biodiversidade continuam míopes ao gigantesco potencial econômico da floresta. Artigo publicado na Carta Capital, em 14/08/2019.

Solidaridad. https://solidaridadsouthamerica.org/brasil/pt/jobs/consultoria-t%C3%A9cnica; https://solidaridadsouthamerica.org/brasil/pt/cacao. Consultado em 29/04/2020

Referencial Teórico do artigo Programa Territórios Sustentáveis: Alternativa de Impacto Coletivo para o Desenvolvimento Territorial na Amazônia:

ANDRADE, Sergio. (2019). Uma nova geração do investimento social: arranjos institucionais para impacto coletivo. Artigos GIFE. 1. 4-10. 10.33816/gife.20190102a3.

ENRIQUEZ, G. Desafios da Sustentabilidade da Amazônia. Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6730/1/2008_GonzaloEnriqueVasquezEnriquez.pdf> Acesso em 11 de maio de 2020

KANIA, J.; KRAMER, M. Collective Impact. Stanford Social Innovation Review, v.9, n.1, p. 36-41, 2011.

LOBACCARO, Patrícia. Impacto Coletivo: coinvestimento, compartilhamento de metodologias e outras inovações que estão transformando o setor social brasileiro. Disponível em: <https://capitalaberto.com.br/canais/b3/impacto-coletivo/> Acesso em 5 de maio de 2020.

Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Presidência da República. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf

RODRIGUES, M.C. Organizações Sociais: iniciativas de impacto individual ou de impacto coletivo? Estratégia Social, 2017. Disponível em: <https://estrategiasocial.com.br/organizacoes-sociais-iniciativas-de-impacto-isolado-ou-de-impacto-coletivo/> Acesso em 12 de maio de 2020

FERREIRA, Sylvio Mario Puga; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). JOUR. http://www. eco. unicamp. br/docprod/downarq. php, 2016.

Referencial Teórico do artigo: Plataforma de Parceiros pela Amazônia: uma iniciativa inovadora para o fortalecimento das cadeias de valor presentes na região:

Bellón, B., Blanco, J., De Vos, A., de O. Roque, F., Pays, O., Renaud, P.C. 2020. Integrated Landscape Change Analysis of Protected Areas and their Surrounding Landscapes: Application in the Brazilian Cerrado. Remote Sensing 12(9): 1413

Beltrame, D.M. , Oliveira, C.N.S., Borelli, T., de Andrade Cardoso Santiago, Monego, E.T., Vera de Rosso, V., Coradin, L. and Hunter, D. (2016)

Diversifying institutional food procurement – opportunities and barriers for integrating biodiversity for food and nutrition in Brazil. Revista Raízes, Volume 36, Nº 2 - July-December, 2016

Brito, B., Barreto, P., Brandão Jr, A., Sara Baima, S., Gomes, P.H. 2019. Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian Amazon. Environmental Research Letters 14: 6
Cerri, C.E.P.; Cerri, C.C.; Maia, S.M.F.; Cherubin, M.R.; Feigl, B.J.; Lal, R. Reducing Amazon Deforestation through Agricultural Intensification in the Cerrado for Advancing Food Security and Mitigating Climate Change. Sustainability 2018, 10, 989.

Daniel Santos, Marcelo Mosaner, Danielle Celentano, Renan Moura e Adalberto Veríssimo. 2019. Índice de progresso social na amazônia brasileira ips amazônia 2018. Available online: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/2018/publicacoes/Resumo-Executivo-V12.pdf Acessado Abril 2020.
FAO, 2018. FAOSTAT database. Disponível em: faostat.fao.org

IBGE 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estadistica. Available online: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads Acessado Abril, 2020.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. PRODES. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite 2004 - 2019. Available online: https://bit.ly/2VrlwSd Acessado Novembro, 2019.

Marcelo C.C.Stabile, André L.Guimarães, Daniel S.Silva, VivianRibeiro, Marcia N.Macedo, Michael T.Coe, ErikaPinto, PauloMoutinho, AneAlencar. 2020. Solving Brazil's land use puzzle: Increasing production and slowing Amazon deforestation. Land Use Policy 91: 104362

McFarland, B. J. (2017). Conservation of Tropical Rainforests: A Review of Financial and Strategic Solutions. Cham, Suíça: Springer.

Mello, D., & Schmink, M., Amazon entrepreneurs: Women's economic empowerment and the potential for more sustainable land use practices, Women's Studies International Forum (2016), http://dx.doi.org/10.1016/j.wsif.2016.11.008
.
M Wu, G Schurgers, A Ahlström, M Rummukainen, P A Miller, B Smith, W May. Impacts of land use on climate and ecosystem productivity over the Amazon and the South American continent. Environmental Research Letters, 2017; 12 (5): 054016 DOI: 10.1088/1748-9326/aa6fd6

Nobre, I. and Nobre C. 2018 . The Amazonia Third Way Initiative: The Role of Technology to Unveil the Potential of a Novel Tropical Biodiversity-Based Economy. Chapter 10. http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.80413. Acessado Maio 2020.

Phillips D 2018 Brazil records worst annual deforestation for a decade Guard. Available online at: https://theguardian.com/environment/2018/nov/24/brazil-records-worst-annual-deforestation-for-a-decade Acessado Abril 2020.

Sean, R. 2019. 4 countries that produce the most food. Available online: https://www.investopedia.com/articles/investing/100615/4-countries-produce-most-food.asp Acessado Abril, 2020.

SITAWI 2019. Impact Investing in the Amazon: pathways for sustainable development. Disponível em: https://www.sitawi.net/publicacoes/impact-investing-in-the-amazon-pathways-for-sustainable-development/ Acessado Abril 2020.

Realização

AGENDA PÚBLICA

ESTRATÉGIA ODS

Cofinanciamento

UNIÃO EUROPEIA